

TRAVESSIA

revista do migrante

Publicação do CEM - Ano XIII, número 38, setembro-dezembro/2000



BAIRROS
LITINHANÇAS

TRAVESSIA

Revista do Migrante

CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação dos CEMs J.B.Scalabrini)

Publicação quadrimestral, voltada ao estudo e divulgação da realidade do migrante a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, econômico, educacional, cultural, etc.

Diretor

Sidney da Silva

Editores

Dirceu Cutti

Sidnei M. Dornelas

Jornalista Responsável

Antonio Garcia Peres (MtB 3081)

Conselho Editorial

Carlos B. Vainer

Dulce Baptista

Francisco Nunes

Heinz Dieter Heidemann

Helion Póvoa Neto

José G. Baccarin

José Guilherme C. Magnani

José J. Gebara

Luiz Bassegio

Marilda A. Menezes

Oswaldo M.S. Truzzi

Teresa Sales

Conselho Consultivo

Alfredo J. Gonçalves

Cláudio Ambrozio

Edgard Malagodi

Ermínia Maricato

Marília P. Sposito

Milton Schwantes

Capa:

Arte: 2M Criação Editorial

Foto: Dirceu Cutti

Editoração Eletrônica

Dirceu Cutti

Impressão

Gráfica e Editora Peres Ltda - Fone:(011)3609.1387

Endereço para Correspondência

Rua Vasco Pereira, 55 - Liberdade

01514-030 São Paulo/SP - Brasil

Fone: (011)278.6227 - Fax: (011)278.2284

E-Mail: cemsp@uol.com.br

<http://www.scalabrini.org>

ÍNDICE

BRÁS, MOÓCA E BELENZINHO FORMAÇÃO E DISSOLUÇÃO DOS ANTIGOS BAIRROS "ITALIANOS" ALÉM-TAMANDUATEÍ

Margarida Maria de Andrade.....05

URBANIZAÇÃO

BAIRRO E VIDA DE BAIRRO

Odette Carvalho de Lima Seabra.....11

AS NOVAS E VELHAS ESPERANÇAS DE UMA COMUNIDADE EM FLORIANÓPOLIS

Francisco Canella.....18

A RITUALIZAÇÃO DO PERTENCIMENTO O "PARAÍBA" E SEUS ESPAÇOS

Fernando Cordeiro Barbosa.....23

"VIZINHOS E COMUNITÁRIOS" EXPERIÊNCIAS DE SOCIABILIDADE NUMA ORGANIZAÇÃO POPULAR NA PERIFERIA DE BELÉM

Antonio Maurício Dias da Costa.....27

OS ARTUROS

VIZINHOS DO "MUNDO"

Camila Camargo Vieira

Alexandre do Nascimento Souza.....33

* * * * *

Nossa Biblioteca.....42

MIGRANTES E VIZINHOS



Brasil, no século que passou, foi marcado por profundas transformações. De um país predominantemente rural, onde tudo girava em torno de uma economia agroexportadora, foi passando gradativamente por mudanças que o tornaram, no final do século, dominado por uma economia urbano-industrial. Nesse processo de urbanização, as migrações, nas suas inúmeras facetas, exerceram um papel fundamental. É impossível tratar hoje do Brasil e de seus problemas, sem levar em consideração esse enorme movimento de população que se deslocou do mundo rural para as cidades (e que de outras maneiras, continua em deslocamento).

Este número da Travessia procura abordar um “capítulo” desse imenso processo: a inserção dos migrantes no mundo das cidades, através da criação de relações de vizinhança, originando aquilo que se costumou designar como “vida de bairro”; ou através de organizações comunitárias, com suas lutas, suas práticas culturais, seus triunfos e fracassos; ou ainda através da criação de espaços alternativos de convivência, espaços de familiaridade em meio a uma realidade estranha e em que se é considerado um estranho... São muitas as faces dessa realidade que se convencionou chamar de “bairro”, e são muitas as formas usadas para se relacionar com a chamada “vizinhança” e criar espaços de sociabilidade.

Os artigos de Odette Seabra e de Margarida Andrade mostram como na história da urbanização da cidade de São Paulo, a “vida de bairro” foi uma realidade importante nos bairros além-Tietê e além-Tamanduateí. Imigrantes de várias origens criaram uma paisagem urbana marcada pelo trabalho, mas também por uma intensa convivência entre moradores, nas primeiras décadas desse século. Esse mundo aos poucos foi sendo transformado pelo processo de metropolização, destruindo as antigas relações de convivência e vizinhança, e produzindo outros padrões de ocupação do espaço urbano, próprios da megalópole São Paulo que atualmente conhecemos.

Os artigos de Camilla Vieira e Alexandre Souza, de Francisco Canella e de Antonio Maurício Costa, tratam de experiências atuais de organizações comunitárias em bairros de cidades como Contagem, Florianópolis e Belém. Nessas associações, atuando nas periferias dessas cidades, através da luta por melhorias vem se gestando a vida de bairro e a convivialidade, assim como através da preservação de antigas tradições culturais. Através delas também existe um esforço de inserção no espaço urbano e de afirmação de cidadania no seio da cidade. Isso não se faz sem momentos de profunda perplexidade, como nos revela o artigo de Canella.

Mas há também a realidade de migrantes que vivem situações em que aparentemente não existe vida comunitária ou vivência de bairro. É o que pesquisa Fernando Cordeiro, ao tratar dos nordestinos que se empregam como porteiros de prédios ou empregadas domésticas em bairros como Copacabana e Leblon, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Mesmo em tais situações, esses migrantes sabem como tirar proveito de sua inserção nesse espaço urbano e criar sua própria convivialidade.

Sidnei Marco Dornelas

DESEJA ADQUIRIR

TRAVESSIA - Revista do Migrante?

*É fácil assinar a Revista TRAVESSIA
É possível adquirir números avulsos
E ainda há tempo para montar a coleção*

PROMOÇÃO

Na assinatura por um ano você tem direito a dois exemplares de sua escolha* entre os números já publicados; por dois anos, a três exemplares e, por três anos, a quatro exemplares.

* Exceto os números 8, 10 e 12.

Formas de Pagamento

Escolha a opção que lhe facilita mais:

- a) Cheque nominal à Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos
b) Depósito bancário nominal à Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos; Banco Bradesco; Agência Tabatinguera nº 0515-0; conta corrente nº 23083-9 e envie-nos cópia do comprovante do depósito.

Valor da Assinatura

- () Ass. válida por 1 ano..... R\$ 20,00
() Ass. válida por 2 anos..... R\$ 30,00
() Ass. válida por 3 anos..... R\$ 40,00

Números Avulsos

- Exemplares do nº 1 ao 7.....R\$ 2,00
- Demais exemplares: Nº avulso.....R\$ 5,00
Quantidade.....R\$ 4,00
- Coleção Completa.....R\$ 95,00

Nosso Endereço

Rua Vasco Pereira, 55 Liberdade CEP:01514-030 São Paulo/SP - Brasil
Fone: (011)278.6227 Fax: (011)278.2284
E-Mail: cemsp@uol.com.br
<http://www.scalabrini.org>

NÚMEROS PUBLICADOS

- 01 - Sazonais
- 02 - Cidade
- 03 - Fronteira Agrícola
- 04 - Violência
- 05 - Voto
- 06 - Barragens
- 07 - Cultura
- 08 - Trabalho
- 09 - Família
- 10 - Religião e Religiosidades
- 11 - Estrangeiros
- 12 - Educação
- 13 - Pena de Morte
- 14 - Migrar e Morar
- 15 - Tempo e Espaço
- 16 - Desemprego e Subemprego
- 17 - Imagens
- 18 - Novas Tecnologias
- 19 - Identidades
- 20 - Saúde
- 21 - Emigração
- 22 - Retorno
- 23 - Metrôpole
- 24 - Índios e Territórios
- 25 - Deslocamentos Compulsórios & Restrições à Migração
- 26 - Mulher Migrante
- 27 - Nomadismos
- 28 - Meio Ambiente
- 29 - Albergue
- 30 - Clandestinidade
- 31 - Festas
- 32 - Memória
- 33 - Mercosul
- 34 - Associações
- 35 - Gerações na Migração
- Nº Especial - O Retorno (Sayad)
- 36 - Um Olhar Retrospectivo
- 37 - Refugiados

BRÁS, MOÓCA E BELENZINHO

formação e dissolução dos antigos bairros "italianos" além-Tamanduateí

Margarida Maria de Andrade*



No período que se estende, grosso modo, de 1870 até os anos de 1940, o Brás (incluindo parte do atual Pari), a Moóca e o Belenzinho transformaram-se, de subúrbios de chácaras em bairros industriais e operários¹.

Desse conjunto de bairros, o Brás foi o primeiro a se formar, tornando-se logo o centro em relação ao qual gravitavam os demais bairros além-Tamanduateí.

A designação além-Tamanduateí leva em conta a situação das terras baixas sobre as quais se edificaram esses bairros, a leste do rio Tamanduateí como, também, da velha São Paulo colonial. Ao longo do século XIX, essas terras compunham o "cinturão de chácaras" (Langenbuch, 1971, p.11) em torno do modesto núcleo urbano de São Paulo. Entre elas e a cidade, interpunham-se o rio e sua várzea, extensa área de inundação pelo transbordamento do rio na época das chuvas. A várzea, drenada, deu lugar, no começo da década de 1920, ao Parque D. Pedro.

No final do século XIX, quando São Paulo apenas despontava no cenário urbano brasileiro, Brás, Moóca e Belenzinho incluíam-se entre os novos bairros que nasciam na capital pela concentração do contingente crescente de imigrantes que afluía à cidade uma vez iniciada a Grande Imigração, promovida pelo governo brasileiro no quadro de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Além deles,

devem ser citados, o Bom Retiro, a Barra Funda, a Água Branca, a Bela Vista, o Cambuci.

Mas nenhum destes destacou-se como o conjunto formado pelo Brás, Moóca e Belenzinho. Destacou-se como maior concentração de imigrantes e de fábricas da cidade e destacou-se como núcleo de intensa vida própria, a ponto de merecer a designação de "outra cidade", freqüentemente atribuída ao conjunto até os anos de 1940.

Mas, essa "outra cidade", esse conjunto de bairros, que como os demais citados eram identificados como "italianos", sofre, na segunda metade do século XX, um processo muito intenso de descaracterização, no sentido da dissolução de sua antiga identidade como bairros de imigrantes que, ao mesmo tempo que os distinguira na cidade, constituíra elemento de redefinição da própria cidade.

OS BAIROS "ITALIANOS" ALÉM-TAMANDUATEÍ

"A leste, um outro bairro, povoado sobretudo de italianos, estende-se ao longe na planície baixa e contrasta por suas fábricas, suas ruas sujas, seus esgotos lodosos, com as construções elegantes e as chácaras dos bairros ocidentais. Seria urgente drenar o solo e organizar vastos espaços em parques e jardins; mas as construções invadem incessantemente

as terras pantanosas e podres de imundícies, onde os córregos se encontram para ir se derramar ao norte no rio Tietê" (Réclus, 1894, p.370-1).

As primeiras transformações no antigo povoado do Brás - lugar de chácaras usadas como residências por segmentos da elite e ponto de parada para quem chegava a São Paulo vindo do leste pela Penha - no sentido de sua urbanização decorrem da chegada da ferrovia à cidade. A *São Paulo Railway* contava com uma estação no Brás, quando inaugurada em 1867. Dez anos depois, a antiga *Estrada de Ferro do Norte* tinha no Brás sua estação inicial em São Paulo.

Mas, o grande impulso à urbanização decorre da instalação, no Brás, da nova Hospedaria de Imigrantes, inaugurada em 1887, com capacidade para abrigar cerca de 3000 imigrantes, embora esse número tenha sido muito maior em diversos momentos de intensificação do fluxo de imigrantes².

A imigração subvencionada foi formulada visando a entrada em "proporção muito elevada de imigrantes para a lavoura". Previa, no entanto, também a entrada de imigrantes "de outras profissões", embora "em proporção diminuta"³.

Ainda que sob protestos dos cafeicultores, registrados, por exemplo, nos Anais da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo do final do século XIX, parcela dos imigrantes fixou-se diretamente nas cidades. Para dado momento, há mesmo

referência ao número de imigrantes que teria burlado as normas que determinavam o desembarque na Hospedaria em São Paulo, recorrendo, para isso, ao desembarque em estações precedentes⁴.

A decisão do governo de instalar no Brás a nova Hospedaria foi determinada pela presença das estações ferroviárias, mas respondeu também a estratégia da elite de segregar os imigrantes, de afastá-los dos bairros ditos burgueses. Assim é que o terreno adquirido na Luz para aí construir a nova Hospedaria, acabou recebendo outra destinação porque, segundo o Presidente da Província, não foi julgado "*próprio para um alojamento de imigrantes o bairro (da Luz) que mais se presta a ser aformoseado, e que vai merecendo a preferência da população abastada para aí construir prédios vastos e elegantes*"⁵.

O impulso à urbanização das terras além-Tamanduateí, decorrente da presença da Hospedaria e o caráter segregativo dessa urbanização foram ressaltados por um parlamentar em 1895, ao declarar que: "*O edifício da imigração, construído quando São Paulo era por assim dizer a metade do que é hoje, pelo próprio fim a que se destina, fez surgir em derredor a maior acumulação de habitações destinadas a pessoas de baixa classe*"⁶.

Para se ter uma idéia dessa acumulação, a população do Brás quintuplicou entre 1886 e 1893 (de 6 mil para 32 mil habitantes) e a população da cidade multiplicou por seis entre 1886 e 1900, ano em que cerca de 55% da população da cidade (que atingia 240 mil habitantes) era formada de estrangeiros, em sua maioria italianos.

A incorporação das terras além-Tamanduateí à cidade de São Paulo, inicia-se ao mesmo tempo que grandes transformações nela se desencadeiam. Isso, a partir de 1870.

Essas transformações expressavam-se no crescimento da população que decorria, em parte, do estabelecimento na capital de "*grandes proprietários e capitalistas da Província*"⁷, mas decorria principalmente da vinda de imigrantes estrangeiros - italianos sobretudo, mas também espanhóis e portugueses. O maior número deles retornava das fazendas de café, em razão de crises na cafeicultura, como de con-

dições de trabalho muito duras nas fazendas.

Expressavam-se, ainda, na redefinição das condições materiais da cidade que, além da expansão física e do aumento no número de domicílios, incluía uma série de inovações - ferrovia, iluminação a gás, abastecimento de água, rede de esgotos, bondes, calçamento de ruas, drenagem de várzeas, construção de edifícios públicos, pontes, praças e jardins.

Essa redefinição revelava um projeto das elites de modernizar a cidade, de equipá-la com certos serviços urbanos, a partir de modelos oriundos das nações dominantes no cenário mundial no final do século XIX. Investia-se nessas obras excedente gerado na economia cafeeira, florescente no interior da província já nos meados do século XIX.

Eurípedes Simões de Paula viu esse momento de transformações profundas na cidade como "*a segunda fundação de São Paulo*". A gestão de João Theodoro Xavier de Matos na presidência da província, iniciada em 1872, sob a ótica do autor, representou o marco principal dessas transformações (Paula, 1954).

Do ponto de vista da paisagem urbana, o pequeno burgo, herança do período colonial, com suas construções sóbrias em taipa de pilão, vai gradativamente dar lugar à "*cidade de tijolo*", como tão bem mostrou o arquiteto Benedito Lima de Toledo (Toledo, 1993). Nessa "*cidade de tijolo*" materializa-se a concepção de cidade da burguesia nascente. Burguesia ligada ao café sobretudo, mas, em alguma medida, muito pequena, ligada a um projeto de crescimento econômico baseado na industrialização. Vale lembrar que, na última década do século XIX, a indústria vivia seu primeiro surto na capital (Petroni, 1953, p.29).

Assim, as transformações na cidade de São Paulo nas últimas décadas do século XIX, têm suas raízes em modificações profundas na sociedade brasileira que inicia o movimento pelo qual à base agrário-exportadora se agrega o componente urbano-industrial.

É nesse quadro amplo que deve ser compreendida a integração do Brás, da Moóca e do Belenzinho à cidade de São Paulo, como bairros operários.

Um aspecto a ressaltar nessa transformação é que ela resultou, no essencial, de forças exteriores. Os grupos sociais que dominavam a vida desses lugares perdem relevo para grupos novos representados, sobretudo, pelos imigrantes, mas também pelos industriais, ambos sem vínculos anteriores com eles.

O Recenseamento da Província de São Paulo, de 1872, registra a presença na Paróquia do Brás⁸, de um número relativamente importante de "*capitalistas e proprietários*", além dos "*fabricantes*", de uns poucos profissionais liberais e de uma proporção elevada de pessoas sem ocupação. Portanto, havia na Paróquia do Brás uma população socialmente estratificada.

No que diz respeito às formas de produção industrial anteriores à grande indústria, não foi possível acompanhar a trajetória de antigos "*fabricantes*" - Bresser, João Boemer, José Ignácio de Araújo, entre outros - e de artesãos de diversos ofícios, aí localizados ao longo dos anos de 1870 e início dos anos de 1880. Presume-se, entretanto, que muitos estabelecimentos tenham deixado de existir, porque deixaram de constar de relações de fábricas levantadas posteriormente. Esse é o caso, por exemplo, dos estabelecimentos dos três "*fabricantes*" citados.

Cabe aqui assinalar que as transformações mencionadas não se fizeram de um salto e continuaram seu curso nas primeiras décadas do século XX. Fábricas e chácaras, por exemplo, conviviam ainda nos anos de 1910 e mesmo de 1920. Mas a tendência é clara no sentido da eliminação das antigas chácaras, cedendo lugar a outras formas de uso - residencial, industrial, comercial, institucional.

Nesse sentido, caberia indagar sobre as relações entre os grupos sociais originais e os novos.

Sem que tenha sido objeto de levantamento exaustivo, algumas indicações foram encontradas.

A *Fábrica Sant'Anna* (de juta), de Antônio Álvares Penteadado, foi instalada em 1889, nas proximidades da estação do Brás, da São Paulo Railway, na antiga chácara Menezes⁹. Jacob Penteadado refere-se a um pouso de tropeiros nas imediações da Rua Catumbi, no Belenzinho, em terras do coronel Fortunato Goulart. Este pouso

teria existido até a venda, em 1910, dessas terras à *Cia Nacional de Tecidos de Juta*, da qual era acionista Jorge Street, que aí construiu a *Fábrica* e a *Vila Maria Zélia*. Quanto ao referido coronel, transferiu residência da chácara para um chalé adquirido no Belenzinho, onde construiu casas para alugar (Penteado, s/d, p.79-80, 102-103 e 160). O mesmo autor refere-se a inúmeras chácaras existentes no Belenzinho nos anos de 1910, com pomares e hortas, em geral de portugueses. Estas chácaras forneciam verduras e frutas aos moradores do bairro e a verdureiros ambulantes.

As observações de Jacob Penteado sobre as chácaras remetem a considerações de Alice Canabrava ao analisar a transformação no próprio caráter das chácaras paulistanas, tomando como referenciais a situação no final do Império e em meados do século XX. As chácaras tradicionais eram propriedade da elite e embora esse tipo de propriedade fosse voltado à exploração do solo, principalmente para o cultivo de árvores frutíferas, tratava-se, no mais das vezes, de produção para "*abastecimento da família e não uma exploração comercial do pomar*". Desde o final do século XIX, essas antigas chácaras da elite foram sendo gradativamente loteadas e, desse modo, incorporadas ao tecido urbano. Ao mesmo tempo, foram surgindo as chácaras para cultura comercial de frutas e hortaliças, exploradas quase sempre por imigrantes portugueses e japoneses. Diferentemente das anteriores, estas procuraram as várzeas (Canabrava, 1949-50, p.99 e 103).

São também de Jacob Penteado relatos reveladores da situação de exclusão vivida pelos negros e de como eram discriminados pelos brancos.

Conta que, nos anos de 1910, viviam negros no Belenzinho, em "*ajuntamentos*" de casebres em um terreno aos fundos de uma chácara na Rua Conselheiro Cotegipe. Conta também, que os moradores das imediações "*aguardavam com justificado aborrecimento*", a comemoração da Abolição no dia 13 de maio. Desde a véspera, "*começavam a chegar negros que nem formiga*". A festa varava a noite, era animada pelo samba de roda "*sob o som infernal dos instrumentos de percussão*" e

acabava em promiscuidade. Diz ainda que moleques do bairro uniam-se em coro para ridicularizar o chefe dos negros - Barnabé - que "*de gênio manso, olhava a criancada e sorria bonachão*" (Penteado, s/d, p. 172, 215-218).

Nas poucas referências aqui incluídas já é possível identificar a tendência à diversificação dos modos de inserção econômica e social de grupos diferentes, presentes nos novos bairros industriais e operários em formação - antigos proprietários fundiários negociando suas propriedades com industriais, imigrantes produzindo para o abastecimento da cidade em frutas e verduras, negros cuja inserção econômica não fica definida.

No que diz respeito à atividade industrial, objeto de maior aprofundamento, cabem algumas considerações sobre dois grupos sociais, ambos heterogêneos, de cuja forte presença nos bairros em questão decorre, em grande medida, a distinção entre esses bairros e outras porções da cidade - os operários e os industriais.

O exame de duas grandes empresas industriais da época - *IRFM-Indústrias Reunidas F.Matarazzo* e *Cotonifício Crespi* - fundadas em São Paulo por imigrantes entrados com recursos aplicados no comércio e depois na indústria, revelou seu papel importante na estruturação dos bairros estudados. A reconstituição da história de grandes fábricas destas grandes empresas nos bairros estudados, mostrou a inserção crescente de imigrantes e seus descendentes como assalariados na indústria¹⁰.

Também foram estudadas duas empresas produtoras de teares - *Andrighetti e Ribeiro* - fundadas por imigrantes e filhos de imigrantes, nascidas no início dos anos de 1920 como "*oficinas de fundo de quintal*". As pequenas indústrias fundadas por imigrantes e filhos de imigrantes proliferaram em São Paulo nas primeiras décadas do século XX. Inúmeras delas tornaram-se, com o tempo, empresas importantes (como foi o caso das duas estudadas), seus fundadores passando a compor a nascente burguesia industrial.

É preciso ressaltar que a ascensão econômica e social de parcela de imigrantes entrados como força de trabalho, pela via da criação de pequenas oficinas que se tor-

naram fábricas depois, não deve obscurecer o fato de que o grande contingente de imigrantes e seus descendentes veio a constituir a força de trabalho da nascente indústria paulistana. O crescimento da indústria justifica, inclusive, pensar que um número sempre maior de imigrantes integrava-se diretamente à indústria como assalariados, sem passar, assim, pela grande lavoura.

Ao iniciar-se o século XX, Brás, Moóca e Belenzinho eram a maior concentração de fábricas e operários da cidade de São Paulo¹¹. Daí em diante, fábricas e oficinas se multiplicam, a indústria passando a ser o elemento fundamental de integração desses bairros à cidade. E, ao mesmo tempo que em alguns bairros se efetivava o projeto das elites de "*embelezamento*" da cidade, do outro lado do Tamanduateí, entre outras porções da cidade, multiplicavam-se os cortiços, havia falta de água e de esgoto, as ruas eram escuras e enlameadas, o lixo acumulava-se na Várzea do Carmo.

Retomando a consideração das relações entre classes e grupos sociais, do exame de documentos relacionados à idéia, defendida em 1895, de remover a Hospedaria da cidade, ressalta o antagonismo dos grupos dominantes face aos imigrantes, expresso em discursos de deputados, porta-vozes da elite.

"(...) é princípio rudimentar de higiene, (...), que a grande aglomeração de pessoas de baixa classe em lugares populosos é um inconveniente muito grave, porque esses núcleos de população, de gente mal vestida e mal alimentada, se convertem em centro de propagação de diversas moléstias, como a malária, a febre tífica, (...)"¹².

"A população corria grande risco, porque esses milhares de indivíduos que ficavam por longo tempo nesta capital, pouco afeitos ao nosso meio social, espalhados pela rua em plena vadiagem, e diga-se mesmo - pouco escrupulosos como o são em geral, constituíam uma ameaça perene à ordem pública"¹³.

Aparentemente provocado pela ameaça, que aos olhos da elite representavam os imigrantes à saúde e à ordem públicas, como decorrência das precárias condições em que viviam na cidade de São Paulo,

antagonismo de classe é o que se revela. E, muito provavelmente, acirrava-se diante da ascensão econômica de imigrantes que se estabeleciam por conta própria com pequenos negócios, ameaçando desalojar grupos nacionais mais ou menos bem postos econômica e socialmente.

Paula Beiguelman analisou choques de rua envolvendo brasileiros e imigrantes italianos, ocorridos em 1892 e 1896, em mais de uma cidade do estado, inclusive em São Paulo. Segundo a autora, para os nacionais, o imigrante aparecia como "açambarcador das novas oportunidades". Daí as manifestações de ressentimento contra o imigrante. Em contrapartida, "os imigrantes desenvolvem uma auto-representação como elementos civilizadores, adotando atitude altamente crítica para com o comportamento econômico do elemento nacional, e o seu conformismo com o baixo padrão que não se esforçava por abandonar" (Beiguelman, 1977, p. 119).

O fato é que a combinação, nos bairros além-Tamanduateí, de elementos muito fortes atuando no sentido de uma integração segregada, leva a pensar em forças de coesão atuando com maior intensidade do que em outras porções da cidade, resultando numa identidade mais nítida desses bairros.

Constatações feitas ao longo da pesquisa, depoimentos e análises de autores diversos que estudaram esses bairros, não deixam dúvida quanto à constituição de uma unidade urbana particularizada, formada pelos bairros além-Tamanduateí, sem prejuízo de uma certa diversificação entre os mesmos.

Já foi mencionada a designação "outra cidade" atribuída a esse conjunto de bairros operários, traduzindo a complexidade da realidade social que se constituiu a leste do Tamanduateí. A concentração aí da população, da indústria, do comércio, de serviços, de escolas, de atividades culturais diversas, de formas diversas de associação entre trabalhadores e de formas embrionárias do movimento sindical, indica a formação de um núcleo complexo de vida social que se manteve até meados do século XX.

A realidade desse conjunto de bairros pode ser melhor compreendida se recorremos a formulações de Henri Lefebvre

(Lefebvre, 1977, p. 207-215) sobre o bairro. O estudo do bairro (este entendido como unidade de vida urbana), na abordagem proposta pelo autor deve partir da cidade como totalidade (portanto, da sociedade). Considerado "importante mas não essencial, conjuntural mais que estrutural", o bairro possui um maior ou menor grau de realidade como nível de organização da vida urbana (Lefebvre, 1977, p.207-215).

Observa-se, segundo o autor, nas condições atuais da urbanização, uma tendência ao desaparecimento do bairro como escala de organização da vida urbana. Apesar desta tendência, uma ideologia do bairro, que o toma como essência da vida urbana, continua exercendo influência. A apologia da paróquia e da vida paroquial sustenta essa ideologia, embora a paróquia seja um fato datado¹⁴. Hoje, argumenta o autor, não se pode esquecer o Estado. Hoje, "as instituições não têm mais nada em comum com o bairro; mais do que nunca elas o ultrapassam, o dominam. (...) O bairro quase não intervém na proclamação dos valores dominantes. Quando muito, podemos associá-lo à sociabilidade espontânea e reencontrar nele, em algumas circunstâncias, as condições de uma efervecência. Isso limita o bairro ao nível das relações imediatas e diretas, interpessoais, do âmbito da psico-sociologia tanto quanto da sociologia, desenrolando-se à sombra das instituições, mas segundo modalidades não institucionais."

Mas, não basta, para o autor, essa abordagem sincrônica. "Tomemos a questão no tempo, diacronicamente. O bairro, numa cidade que cresce, pode tornar-se um núcleo de vida social. A unidade da cidade, estendendo-se, dispersando-se, pode encarnar-se, se ousamos nos exprimir assim, em um fragmento privilegiado. Primeiro subúrbio ou apêndice exterior, esse fragmento é absorvido embora conserve uma vida própria que se intensifica como consequência da absorção. O caráter de comunidade local (territorial) transfere-se, então, da cidade para um de seus fragmentos ou elementos. A reunião de diversos equipamentos (comércios, instituições, lugares de encontro e de lazeres, etc.) pode constituir um núcleo sólido. Sobretudo se a disposição dos lugares, das vias de aces-

so e dos percursos (estradas, ruas, praças) a isso se presta, de um lado dirigindo a circulação para os equipamentos, de outro lado, isolando o espaço assim determinado em relação à vizinhança.

Um tal bairro, assim consolidado, assim organizado pelas forças sociais que modelaram a cidade e orientaram seu desenvolvimento, pode resistir por muito tempo após a deterioração da escala do bairro no curso do crescimento urbano que o suplanta e diante dos problemas muito mais vastos postos pela prática social." (Lefebvre, 1977, p.212-213).

A DESESTRUTURAÇÃO DOS ANTIGOS BAIRROS "ITALIANOS" ALÉM-TAMANDUATEÍ

A longa citação acima justifica-se pelo que esclarece sobre a realidade do bairro nas condições atuais da urbanização e sobre a abordagem que, pela história, permite explicá-lo. Ganham contornos mais nítidos a formação, como também a dissolução dos bairros além-Tamanduateí a partir dos anos 40 do século XX.

Como já foi observado, ações dos grupos dominantes guiaram-se por estratégias que visava segregar os imigrantes. Mas é preciso não esquecer que a ela se contrapunham estratégias dos imigrantes. Entre elas, como foi assinalado, pode ser lembrado o desembarque de imigrantes em estações entre São Paulo e Santos como estratégia para permanecer na cidade.

No âmbito desta pesquisa, foi analisada a trajetória de imigrantes que viveram a condição operária e que encontraram, nas próprias brechas abertas pela expansão da indústria, a possibilidade de se tornar empresários começando com pequenas oficinas criadas no início dos anos de 1920 - *Andrighetti e Ribeiro* - atuando na produção de teares destinados a pequenas tecelagens.

A complexa trama de relações que se estabeleceu entre a grande indústria têxtil e uma categoria de trabalhadores qualificados (nos casos analisados, mecânicos que tinham tido acesso a escola profissional), ao que tudo indica, teve um efeito dinamizador favorecendo o avanço da industrialização ao propiciar o surgimento

de uma produção nacional de teares.

A pesquisa de outros setores industriais teria revelado outros momentos e situações em que imigrantes, ou seus descendentes, estabeleceram-se com pequenas "oficinas de fundo de quintal", muitas delas na origem de empresas que se consolidaram depois. O que, vale lembrar, não deve sugerir que todas as oficinas progrediram, muitas delas tendo sido logo eliminadas por não suportar a concorrência das empresas maiores.

Por outro lado, a reconstituição da história das duas fábricas de teares, das suas relações com as grandes empresas do setor têxtil e com as pequenas tecelagens, ao mesmo tempo que mostrava a indústria como forte elemento estruturador de uma realidade social que se expressava nos bairros industriais e operários nascidos da primeira fase da industrialização paulistana - identificados como "bairros italianos" - revelava o poder desestruturador que a indústria tinha sobre os bairros.

A ascensão de imigrantes à condição de empresários implicava uma ruptura com os bairros, que deixavam de ser o local de moradia. Abandonar o bairro de origem por outro, reconhecido como de elite, parece ter sido a regra entre os novos empresários. A esse respeito, é significativo o depoimento do Sr. Andrighetti referindo-se a vários conhecidos seus, donos de pequenas fábricas no Brás ou no Belenzinho: "porque todo mundo começou a progredir de uma maneira espantosa (...), e, os que cresceram no dinheiro mudaram..., todo mundo andou fugindo de lá".

Naturalmente, por maior que tenha sido o número dos que enriqueceram e, por isso, deixaram os bairros, seu número é irrisório diante da massa de assalariados formada de imigrantes e seus descendentes, que permaneceu nessa condição e, aos quais, logo vieram se juntar contingentes crescentes de trabalhadores nacionais.

E, para os trabalhadores, a consolidação da indústria teve efeitos desagregadores muito fortes sobre o modo de vida, ao levar à dissolução de um elemento fundamental na constituição dos bairros operários - a associação estreita entre moradia e trabalho que caracterizou a industrialização no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, período

em que São Paulo mostrou um padrão concentrado de urbanização.

Muitos trabalhadores foram expulsos para a periferia, em busca de aluguel mais barato, ou da tão sonhada casa própria na periferia, pela via da auto-construção. Muitos trabalhadores foram expulsos porque as fábricas, para se expandirem, compravam as residências contíguas a elas e as demoliam.

No âmbito desta pesquisa, situam-se nos anos 40 do século XX os casos constatados, tanto de abandono dos bairros além-Tamandateí por imigrantes bem sucedidos como empresários, em busca de locais mais prestigiados do outro lado da cidade, como de expulsão de trabalhadores que passam a viver na periferia da Zona Leste.

Como muito bem mostrou o depoimento de uma operária, a mudança para a periferia foi acompanhada de uma degradação das condições de vida. Em termos de moradia estrito senso, nada mudou, porque a família trocou um cortiço no Brás por outro na Vila Matilde. Mas o Brás, nos anos de 1940, tinha infra-estrutura urbana - água, esgoto, calçamento, iluminação, transporte público - ausentes num loteamento popular periférico em ocupação. Acrescenta-se a isso que, além de lugar de moradia e trabalho, os bairros além-Tamandateí eram também lugar de encontro e de festa. Todos os entrevistados descreveram o movimento na "Avenida" (Rangel Pestana/Celso Garcia) nas noites de sábado e domingo; as vitrinas das lojas; mencionaram as "passeatas" do Brás e do largo São José do Belém (o flerte para os jovens e o passeio para os mais velhos); os cinemas; as festas nas paróquias (Nossa Senhora de Casalucce, São Vito Mártir, São Gennaro); as companhias italianas de ópera que se apresentavam no teatro do Brás; os inesquecíveis carnavais do Brás.

Embora o estudo feito não permita apreender em toda a sua complexidade a realidade dos bairros além-Tamandateí, já que muitos elementos dessa realidade não foram analisados, do exame mais detido da indústria resultou o entendimento de que o mesmo processo que integrava os bairros à cidade de São Paulo, dissolvia, desestruturava a realidade dos bairros industriais e operários das primeiras fases

da industrialização paulistana. Como elementos dessa estruturação-desestruturação: o abandono dos bairros pelos imigrantes enriquecidos pelo progresso de suas oficinas; a ascensão e o declínio de empresas; a expulsão de moradores que, impossibilitados de pagar os aluguéis em alta procuravam os loteamentos desprovidos de infra-estrutura que se abriam nas franjas da cidade; o abandono dos bairros por moradores expulsos pelas fábricas que se expandiam às custas da destruição das moradias a elas contíguas. Assim uma série de elementos são indicadores da dissolução de laços sociais constituidores da realidade dos bairros além-Tamandateí.

Em outras palavras, ao examinar a indústria na escala micro dos bairros e até de empresas, revelou-se, como sentido mais amplo, a posição de São Paulo como centro do desenvolvimento industrial brasileiro, induzindo o crescimento da cidade em um ritmo cada vez mais acelerado, próprio dos processos de metropolização. A cidade passa, então, a concentrar o fluxo migratório interno de trabalhadores expulsos do campo. Trabalhadores nacionais integram-se como mão-de-obra industrial.

A presença "nordestina" nos antigos bairros "italianos" além-Tamandateí é ressaltada nos estudos que examinam sua realidade atual.

No âmbito desta pesquisa, em diversos depoimentos, essa presença é associada à deterioração dos bairros, à perda de sua antiga identidade.

Para um empresário, filho de imigrantes, que retornou ao Belém nos anos de 1950, depois de alguns anos residindo nos Jardins, "O largo São José do Belém estava assim de pau-de-arara" e os filhos não quiseram ficar, a família tendo retornado aos Jardins.

Tem o mesmo sentido o depoimento de um representante da IRFM-Indústrias Reunidas F. Matarazzo, colhido na sede social da empresa, desde 1972 instalada no Brás. Segundo ele, o Brás encontra-se hoje muito deteriorado, a proliferação do "comércio de trapos" sendo um dos sinais de degradação. Refere-se à venda de retalhos provenientes das confecções (setor industrial dominante no Brás hoje), em lojas de aspecto improvisado, pertencentes a nordestinos que ascenderam economicamen-

te e estabeleceram-se por conta própria¹⁵.

No passado, os imigrantes estrangeiros eram discriminados. Hoje, são os "nordéstinos", mas também os imigrantes bolivianos que, desde algum tempo, passaram a trabalhar como operários em confecções.

Como revelou a pesquisa e já foi aqui assinalado, a mencionada deterioração resulta do processo de metropolização, responsável pela desestruturação dos bairros e, no limite, pelo "desaparecimento" da vida de bairro. Caberia, então, perguntar o que restou daquela "outra cidade", dos antigos bairros operários além-Tamanduateí de outrora.

A realidade atual desses bairros é muito diversa da que os caracterizou até meados do século XX. A indústria tradicional (têxtil, metalúrgica, grandes moinhos de trigo...) praticamente desapareceu, embora permaneçam muitos velhos edifícios de fábricas, abandonados ou retomados por outros usos. A confecção e o comércio a ela vinculado, ao contrário, expandiram-se.

Também não se pode esquecer a destruição de antigos quarteirões para a abertura da Avenida Radial Leste e, depois, para a construção do metrô. Em ambos os casos, houve expulsão de moradores como consequência das desapropriações.

Por outro lado, é muito forte a presença de migrantes nacionais e seus descendentes. Muitos como moradores dos inumeráveis cortiços aí existentes. Muitos como moradores da distante periferia, mas aí trabalhando.

E se, a partir dos anos 30 e principalmente do segundo pós-guerra, muitos trabalhadores expulsos do campo integraram-se como assalariados na indústria e nos serviços concentrados na metrópole, a partir da década de 1980 a perspectiva de integração ao mercado formal de trabalho tornou-se cada vez mais restrita, levando parcelas crescentes dos que continuam a afluir, bem como de já residentes na metrópole, às situações de desemprego, subemprego, indigência, constituindo um contingente cada vez maior de população errante na cidade.

Considerando esta nova realidade é que venho pesquisando os modos de (não)inserção à vida urbana de segmentos componentes dos "excluídos". Apoiada,

em especial, em entrevistas com abrigados no albergue noturno que ocupa dependências da antiga Hospedaria de Imigrantes do Brás, esta pesquisa procura se deter um pouco mais na realidade atual dos antigos bairros "italianos" além-Tamanduateí.

* *Margarida Maria de Andrade é Profa. Aposentada do Dpto. de Geografia da FFLCH-USP.*

NOTAS

1. Este artigo baseia-se na tese de doutorado apresentada ao Dpto. de Geografia da FFLCH-USP, sob o título "Bairros além-Tamanduateí: o imigrante e a fábrica no Brás, Moóca e Belenzinho", São Paulo, 1991.

2. A primeira hospedaria data de 1881 e ficava no Bom Retiro. A exiguidade das instalações face à intensificação da imigração levou o governo da província a construir a nova hospedaria.

3. Cf. Dados para a História da Imigração e da Colonização em São Paulo. In: *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, Secr. da Agr., Com. e Obras Públicas*, ano V, nº 19, 2º trimestre de 1916, São Paulo, p.181.

4. Em 1895, um deputado acusa que, dos 74.975 imigrantes chegados em 1893, 37.641 não foram para a lavoura e 5.800 não deram entrada na Hospedaria, tendo se espalhado em São Paulo, Santos, ou nas estações intermediárias entre São Paulo e Santos. (Cf. Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo, *Anaes da Sessão Ordinária de 1895*, 78ª Sessão Ordinária, 12/08/1895, Deputado Paula Novaes, Projeto nº 68, em primeira discussão).

5. Relatório do Presidente da Província João Alfredo C. de Oliveira à Assembléia Legislativa Provincial - 1886, São Paulo, Typographia Jorge Seckler & Cia.

6. Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo, *Anaes da Sessão Ordinária de 1895*, 78ª Sessão Ordinária, 12/08/1895, Deputado Álvaro de Carvalho, Projeto nº 68, em primeira discussão.

7. Relatório do Presidente da Província João Theodoro Xavier à Ass. Legislativa Provincial, de 05/02/1873, Typographia Americana, 1873.

8. Para uma população total de 2.308 habitantes, 1.705 eram brasileiros, 325 estrangeiros e 278 escravos.

9. *Brás - Espaço e Uso*. Cardernos-2, Casa das Retortas, Secr. Municipal de Cultura, Prefeitura do Município de São Paulo, p.46.

10. Em 1933, as três fábricas de tecidos de algodão da IRFM nos bairros além-Tamanduateí empregavam, juntas, mais de 4 mil operários. O Cotonifício Crespi empregava, em 1928, 3.300 operários. (Cf. Estatística Industrial do Estado de São Paulo - 1928 e 1933 - Sec. da Agr. Ind. e Com. do Est. de S. Paulo. Typ. Garraux, 1930 e 1935).

11. Apoio-me aqui na análise feita dos dados reunidos sobre a indústria paulistana por Bandeira Jr., Antônio Francisco. A Indústria no Estado de São Paulo em 1901. São Paulo, Typ. do Diário Oficial, 1901. Das 100 fábricas pesquisadas na capital, cerca de 70 forneceram dados sobre pessoal:

empregavam cerca de 8.000 operários, dos quais, no dizer do autor, 90% seriam estrangeiros, principalmente italianos.

12. Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo. *Anaes da Sessão Ordinária de 1895*. 80ª sessão ord., 14/8/1895, deputado Almeida Vergueiro.

13. *Idem*. 81ª sessão ord., 16/8/1895, deputado Carlos Vilalva.

14. O estudo do bairro evidencia como, nas cidades da Europa ocidental, o bairro organizava-se em torno da paróquia que, além de existência religiosa, tinha também existência civil e política (nascimentos, casamentos e óbitos eram inscritos nos registros paroquiais). Com a separação entre o religioso e o civil, a paróquia, antes núcleo estruturador de vida urbana, da capacidade de bairros, perdeu funções e a capacidade estruturadora. Assim, não tem mais fundamento a ligação bairro-paróquia (Lefebvre, 1977, p.209-210).

15. Esta atividade, hoje bastante expandida no Brás, nos seus vínculos com a migração nordestina vem sendo estudada por Sueli de Castro Gomes sob o título "O Comércio de retalhos - a inclusão de migrantes em São Paulo". (cf. Relatório apresentado, para o Exame de Qualificação em nível de Mestrado, ao Departamento de Geografia da FFLCH-USP, 2000).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEIGUELMAN, Paula
(1977) *A Formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. 2ª ed. rev. e ampl., S. Paulo, Pioneira, p. 119.
- CANABRAVA, Alice P.
(1949-50) "As chácaras paulistanas". In: *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, Vol. IV (tomo I), AGB-SP, p. 99 e 103.
- RÉCLUS, Elisée
(1894) *Nouvelle Géographie Universelle*, t. 19, Paris, Hachette, p.370-1.
- LANGENBUCH, J.R.
(1971) *A Estruturação da Grande São Paulo - Estudo de Geografia Urbana*. Rio de Janeiro, IBGE, p. 11.
- LEFEBVRE, Henri
(1977) "Quartier et vie de Quartier". In: *Du rural à l'urbain*, 3ª ed., Paris, Anthropos, p. 207-215.
- PAULA, Eurípedes Simões de
(1954) "A segunda fundação de São Paulo (Da pequena cidade à grande metrópole de hoje)". In: *Revista de História*, nº 17, jan-março, ano V, vol. VIII.
- PENTEADO, Jacob
(s/d) *Belenzinho 1910 (retrato de uma época)*. São Paulo, Martins, p.79-80, 102-103 e 160. / p. 172, 215-218.
- PETRONE, Pasquale
(1953) "As indústrias paulistanas e os fatores de sua expansão". In: *Boletim Paulista de Geografia*, AGB-SRSP, junho, p.29.
- TOLEDO, Benedito Lima de
(1983) *São Paulo: em um século, três cidades*. 2ª ed.aum., São Paulo, Livraria Duas Cidades.

URBANIZAÇÃO

BAIRRO E VIDA DE BAIRRO

*Odette Carvalho de Lima Seabra**



parece existir uma mística em relação ao bairro que o reintroduz na prática social como objeto de discurso. O bairro se torna cada vez mais portador de ideologia, com

a qual, supostamente, seria possível produzir uma opinião visando determinadas práticas. Isto aparece, seja nos argumentos preservacionistas, visando qualificar um patrimônio, seja nos argumentos de segurança, visando o estabelecimento de territórios. Torna-se, portanto, necessário compreender qual é o estatuto do bairro na história urbana e porque tanto se evoca o bairro. Afinal, é preciso não deixar margem às ontologias e nem às nostalgias. Impõe-se compreender a historicidade do bairro.

Mostro, neste breve estudo, aspectos da formação dos bairros de além-Tietê em São Paulo e indico algumas das suas metamorfoses. Antes de tudo, firmo as premissas do meu raciocínio, relativas à urbanização.

URBANIZAÇÃO DE SÃO PAULO

Muito já foi escrito sobre os processos modernizadores induzidos pela acumulação mercantil cafeeira, e necessários à industrialização de São Paulo. Meu ponto

de vista é que a industrialização, uma vez em curso, implicou uma inflexão na história urbana pois a cidade que originalmente teve fundada importância por suas funções simbólicas (religiosas, artísticas) e políticas, com a industrialização iria acumular processos de outra natureza, tendo, contudo, arrastado ou preservado, por longo tempo, representações e atributos de origem. E isto até o ponto que a idéia de cidade aparecesse como uma produção política, logo concebida como a que se evoca nos centros históricos. Para os pobres urbanos as práticas correspondentes a tal ideário, ou seja, a cidade estrategicamente identificada por seu velho centro é violência pura e simples.

A cidade de São Paulo, com seus bairros, ficou no centro de um processo de formação e reprodução capitalista, porque era o locus do capital mercantil. E, enquanto tal, foi abrigando processos que ganharam materialidade e que resultou numa concentração de coisas, de pessoas, de atividades, de riqueza, de objetos, de instrumentos, de meios, de pensamentos, sob uma lógica de sistema, cujo sentido é o da funcionalidade técnica combinada à rentabilidade econômica. Claro está que a cidade com o seu poder simbólico foi sendo subsumida a essa lógica, em essência dessacralizadora.

Mas não se trata de um movimento ino-

cente, sem sujeito. A industrialização e os seus processos correlatos pressupõem decisões, perfil empresarial, políticas. Enfim, uma burguesia com consciência prática, capaz de dirigir o processo. A cidade de São Paulo já produzira uma elite ligada ao café, para quem a cidade era tradução de seu gosto estético e de valores civilizatórios que fora assumindo no movimento de modernização geral da sociedade.

Assim, na mesma medida que a cidade abrigava os circuitos de uma economia mercantil, passava também a ser um lugar da reprodução capitalista. É no desencontro dos inúmeros processos desencadeados que se vai configurar a metrópole, pelo dilaceramento da cidade histórica.

A implosão da cidade deriva desta capacidade, desta força de reunião, e da positividade que ela gera, até o ponto que a "lei dos rendimentos decrescentes" atue. Assim, o movimento que amplifica a capacidade de receber migrantes, de criar postos de trabalho, de gerir o bem público, de criar estruturas fixas essenciais à vida urbana vai rompendo, dilacerando a estrutura funcional e normativa da cidade, produzindo-a já, então, como metrópole. A cidade foi pelos ares; a explosão da cidade aparece concretamente no tecido urbano que prolifera.

O tema da metrópole e da metropo-

lização como processo é, na verdade, o da passagem de uma comunidade simbólica, fundada no ideário difundido a partir da cidade como centro da vida, para uma "comunidade real" sobre a base de uma identificação do cidadão partícipe de uma "comunidade política", condição *sine qua non* da democracia.

Mas a comunidade política é apenas uma possibilidade pois a prática social, nos limites da democracia formal, está centrada no indivíduo. Por isso a urbanização carrega a luta de sujeitos sociais fragmentados nos seus pertencimentos, desterritorializados e sempre em vias de o serem que, não obstante, têm que resolver problemas de sobrevivência, aqueles da existência concreta e cotidiana. Os enfrentamentos são de toda ordem, uns vão contra a propriedade imobiliária e outros contra o mercado de um modo geral.

Estas lutas no plano da existência de homens concretos situa-os entre o ser e não ser: ser cidadãos ou não ser nada. Em não sendo cidadãos vivem os impasses que a democracia formal parece não poder resolver.

A metropolização como processo foi a estruturação dos mercados, implicando, de um ponto de vista lógico, produtividade crescente do trabalho e racionalidade técnica do espaço, sob as premissas de relações profundamente desiguais.

Assim, a temática da cidade e seus bairros precisa ser enfocada como circunstância do processo de urbanização cujo sentido é o de "separar e mobilizar", para integrar às cadeias de equivalência, ou aos circuitos monetários, relações, produtos e coisas. A metrópole não está dada. A metrópole vai ganhando realidade como síntese de um gigantesco processo mobilizador e concentrador, que produz uma outra espacialidade do urbano. A metrópole se configura como uma síntese contraditória da cidade.

A GÊNESE DOS BAIRROS

Em todo o Ocidente o bairro corresponde a uma espacialidade elementar, cujos nexos são a vizinhança, o parentesco e o compadrio. Foi pela articulação destes três níveis que o bairro ganhou realidade, traduzindo-se como vida de bair-

ro, produzindo profundos enraizamentos.

O Catolicismo Romano dominou amplamente entre nós, tanto que salvo os bairros étnicos como o dos judeus, os bairros geralmente coincidiram com as paróquias, e foi, a partir das capelas e igrejas que foram sendo configuradas as modalidades da vida de bairro. Mas, não obstante ser o bairro um fenômeno pré-moderno, foi sob os impulsos da industrialização que a vida de bairro em São Paulo se tornou mais ampla, difusa, diversa e mais rica. Como se sabe, porque já foi muito discutido, um dos atributos positivos do mundo do trabalho que ia se estabelecendo com a industrialização foi o de poder reunir aquilo que estava disperso, de redefinir o pré-existente, o supérfluo, o sobranje. Além disso, a vida de bairro, impulsionada pela industrialização em São Paulo, foi levada a um extraordinário sincretismo, porque reuniu matrizes culturais muito diversas. Reuniu aos negros, brancos e índios, estes que estavam na origem da ocupação e do povoamento da região de São Paulo, a imigração estrangeira.

Na região de São Paulo dominava uma população rala, dispersa conhecida por caboclos segundo o perfil étnico e que era rústica, religiosa segundo os modos de ser. Esta era a base do caipira de São Paulo.

Os velhos núcleos de povoamento antigo: Penha, Santana, Nossa Senhora do Ó, Santo Amaro e Pinheiros forneceram as bases para a formação de uma vida de bairro, marcadas por fortes continuidades, a partir das práticas religiosas nas paróquias e freguesias. Com a industrialização surgem novos bairros: Brás, Moóca e Belenzinho. É escusado dizer que estes bairros industriais, por serem muito homogêneos, foram identificados com os imigrantes italianos, mas mesmo ao final do século, nas áreas de expansão do corpo principal da cidade como: Bom Retiro e Bexiga já habitavam muitos desses imigrantes. Na Zona Norte de São Paulo, de Santana a Nossa Senhora do Ó, neste século, existiam sítios e roças de caboclos – caipiras. O isolamento desta área, por ter ficado fora dos fluxos de circulação que a economia cafeeira criara, é que permitiu tais persistências.

A metropolização de São Paulo é um fenômeno deste século e implicou na me-

tamorfose da cidade em metrópole. A relação bairro-paróquia, que esteve nos fundamentos desse processo, ficou em defasagem com o crescimento urbano. O movimento interno da Igreja, que garantia sua presença nas diferentes localidades, não acompanhou a demanda do processo de urbanização. Foi possível, portanto, concluir que as paróquias consolidavam a vida de bairro e constatar, também, que era pela forma dos loteamentos de áreas rurais que a cidade crescia e que nem todos os loteamentos se tornariam bairros. Se estabelecia um desencontro entre o tempo lento de geração do bairro e a lógica do especulador mas, fundamentalmente, porque a crescente aceleração e diversificação de uso do tempo impediam a estabilidade da vida de bairro. Assim, a família tendia a perder a sua maior territorialidade que foi o bairro.

OS BAIRROS DE ALÉM-TIETÊ

Foi a partir dos velhos núcleos de povoamento de Nossa Senhora do Ó e de Santana, domínio de uma população original de sitiantes, em meio a qual se foi definindo uma vida de bairro. Trata-se de uma vasta área separada da cidade pelo Rio Tietê e que fora preterida no traçado das ferrovias de São Paulo. Foi preciso que se completasse a retificação do rio Tietê, pois que fora feita em longas etapas; foi preciso que sítios e chácaras fossem destinados à moradia de trabalhadores urbanos, assalariados, para que seu "ar caipira" fosse desaparecendo. A casa de bom tamanho com quintal e com árvores frutíferas, muitas das que por lá ainda existem, são remanescentes dos primeiros moradores.

Os loteamentos da Zona Norte foram tardios se comparados, por exemplo, aos da Zona Leste. Foi preciso que entre os proprietários originais sitiantes, e os compradores de lotes urbanos se antepusesse o negociador de terras, loteador – especulador. Figura que aparece, na Zona Norte, um pouco mais tarde porque até meados do século (1950) as ligações com a cidade eram de fato precárias. Tanto que existiam muitos negócios com terras direto com os caipiras, mas, obviamente sem a lógica que preside o loteamento. Na ver-

dade a terra era moeda de troca do caipira, mas que nem sempre virava moeda; com frequência trocava-se terra por víveres nas vendas e fazia-se doação de terra por reconhecimento; pude registrar a troca de um sítio por uma carroça, isso porque o caipira não era um sujeito de necessidades monetarizadas.

Santana estava localizado apenas a quatro quilômetros do Bairro da Luz e sempre foi a localidade que apresentou maiores e melhores ligações com a cidade. Tornou-se o principal núcleo da Zona Norte. Foi ganhando densidade histórica, primeiro pela atividade da Fazenda dos Jesuítas, depois, no final do século XIX, com a montagem do sistema de captação de água

Foto: Adriana Seabra



Arco da porta de entrada da Capela de Santo Antonio do Limão. Foi também entrada para o Cine Ozanã e hoje separa secções de trabalho da indústria Zincoauto, no Bairro do Limão.

na Cantareira, (1893), para o abastecimento da capital; o *Tramway* que tinha servido para transportar material das obras servira para transporte urbano, fato que criou a oportunidade para que muitas terras ao longo do *Tramway* tivessem uso urbano.

A modernização da Zona Norte, a partir de melhoramentos urbanos ou pela presença cada vez mais expressiva de trabalhadores da indústria e do comércio, iria sendo traduzida numa integração progressiva da região ao corpo da cidade. Mas o foi lentamente, tardiamente se comparada à densidade econômica, política e social de outros bairros. O mais notável é que cada melhoramento atuava na redefinição da estrutura regional herdada, provocando

uma maior e mais direta articulação com a cidade.

Os melhoramentos urbanos são produtos de relações, mas enquanto tais são também portadores de novas possibilidades, à mesma medida que indicam novas relações. Vejamos: em 1912 foi instalado o primeiro telefone na Zona Norte, e, foi no colégio Santana. Enquanto o primeiro telefone de Nossa Senhora do Ó é de 1940, a iluminação da rua principal de Santana, da Ponte Grande até o alto da colina, data de 1888. Enquanto isso, Nossa Senhora do Ó continuava distante e separada da cidade. E ainda, por volta de 1910, o caipira

de Nossa Senhora do Ó seguia, semanalmente, com sua carrocinha em direção à cidade para vender a "Caninha do Ó". Em 1913, teve início o loteamento do sítio Casa Verde, a ponte da Casa Verde é de 1922, mas as balsas, que faziam a travessia do Tietê, eram da década de 10.

Sob o ponto de vista da Zona Norte, Santana firmava-se como uma espécie de capital da região, mas o serviço de balsa pelo Tietê já indicava novos processos. Tratava-se da presença de trabalhadores das indústrias, localizadas ao longo da ferrovia, que foram morar do outro lado do rio, já na virada do século.

Logo, esta enorme região de além-Tietê sofreu os impactos da industrialização já na virada do século. Com o advento da República, as querelas que se abriram entre o Estado e a Igreja não alteraram a presença da Igreja nestes territórios. Presença que se fazia através das paróquias de Santana (1895), de Nossa Senhora do Ó (1796) e das inúmeras capelas, as capelas de Santa Cruz, que lhes eram filiadas. O atributo mais significativo do povoamento desta região era a sua religiosidade e isto a marcava profundamente. Tratava-se de um catolicismo rústico, componente da cultura caipira. Mas a industrialização de São Paulo começou a produzir seus efeitos nesta região, criando a oportunidade para florescer uma rica e diversa vida de bairro, porque combinava estes atributos locais com a força do novo, do qual o imigrante era portador.

A industrialização é concentradora, maximizadora do uso do tempo e do espaço. Por sua lógica reúne aquilo que está disperso e potencializa enormemente o que reúne. Foi assim que os primeiros imigrantes, operários, artesãos de diferentes ofícios foram se estabelecendo em meio aos caipiras, relacionando-se com os caipiras sem mesmo disporem ambos, de uma língua comum. Mas por suas práticas fortemente enraizadas acabaram criando o *ethos* da vida de bairro.

A localização de indústrias ao longo das ferrovias induziu ao estabelecimento de moradias operárias nos baixos terraços e mesmo nas várzeas do Tietê, na margem oposta às ferrovias. Na Lapa de Baixo estava a Vidraçaria Santa Marina; na Água Branca, o Cortume, o Matarazzo; a Fábri-

ca de Cordas estava na Barra Funda; Camas Patentes na Ponte Pequena, entre tantas outras. Operários pobres destas e certamente de outras indústrias, estabelecendo moradia entre sítios e chácaras foram aí formando pequenos povoados, desde a virada do século.

Em documento datado de 1903, o imigrante italiano, natural de Pádua, trabalhador na Fábrica de Cordas, o senhor Cristiano Giós, solicitou à Cúria Metropolitana benzimento da capela de Santo Antônio do Limão¹. O bairro do Limão se formava no início do século, nucleado em torno de uma capela a apenas dois quilômetros da Barra Funda, embora do outro lado do Tietê. O mundo era bastante sagrado, a centralidade da vida era dada por uma religiosidade cultivada como modo de ser. E isto era tanto mais forte quanto mais isolados estivessem os pequenos povoados.

Uma sociabilidade essencial articulava práticas, sobretudo religiosas que eram as rezas, novenas, procissões. Todas eram atividades coletivas, às quais integravam-se imigrantes operários. Integravam-se porque igualmente católicos, transformavam-nas porque recusavam as práticas do catolicismo rústico e porque inseridos no mundo do trabalho. A religião e a religiosidade começavam a ser modificadas, claro que de modo inconsciente e muito, mas muito lentamente, pois é assim que se expressam os fenômenos da cultura. Em 1998, já idoso, um descendente dos caipiras originais do lugar dizia, *"eles vieram muito depois, aqui era tudo da Santa Cruz. Eles tiraram a capela, fizeram a outra... a cruz preta a da capela, ficou por aí e Nhá Ninha, quando velha e quase louca andava com a cruz nas costas pra lá e pra cá"*.

Não obstante, caipiras e imigrantes, moradores desta localidade, criaram uma densa e rica vida de bairro. Uma sociabilidade essencial, que constitui um nível de relações sem o qual não se poderia viver, foi articulando-os na vizinhança, no parentesco e no compadrio. É claro, experimentando muitos conflitos.

A vizinhança aparece, em princípio, como contingente e até certo ponto é mesmo. Há acasos quanto a ser este ou aquele o vizinho da moradia, freqüentador da venda, da Igreja. Mas num quadro de pouca diversidade, de poucos meios como nas

sociedades tradicionais, com seus povoados pobres, a vizinhança é um componente necessário, porque se insere num conjunto de reciprocidades, de compromissos herdados. É muito mais que a troca da xícara de arroz ou de óleo, como aliás sobreviveria esta prática na urbanização moderna. É um exercício das habilidades do fazer com trocas de conhecimentos e de valores que fundam atitudes diante da vida. Ora, nestas pequenas localidades, separadas da cidade, com contingente de população tradicional em franca transformação, a oportunidade para relações profundas foi muito grande. Os fatores e meios de socialização das crianças e dos jovens vinham diretamente da sua experiência com os mais velhos, a partir das formas de uso do tempo no âmbito da família. Convém não esquecer que o bairro foi a maior territorialidade da família. A disposição original das casas no espaço do bairro fornece algumas indicações sobre como foram as práticas de sociabilidade.

As casas até a terceira década do século, eram construídas à beira da rua, com quintais grandes, e, em geral, não tinham muros. Logo, a vida da casa estava voltada para fora, e o fora era o lugar de todos, dir-se-ia hoje, era o público. Enquanto os fundos sem muro permitiram um tipo de circulação mais "doméstica".

A solidariedade vicinal era uma prática intrínseca às relações, mas também um valor: ser um bom vizinho chegou ser uma qualidade almejada. Isto pressupunha prontidão para as vicissitudes da vida. Diz-me uma velha moradora do Limão: *"na época da guerra eu não tinha tudo em casa por causa do racionamento; meu marido, antes de dormir foi tomar café na venda. Como estava demorando, abri a porta da rua pra ver onde ele estava e o bairro já estava cheio de gente correndo pra lá e pra cá. Ele tinha tido ataque do coração. Morreu e todo mundo cuidou dele e de nós também. Eu tinha quarenta anos e seis filhos"*.

Da solidariedade vicinal vinham os conhecimentos e estes podiam dar origem ao compadrio. Assim sendo, selavam-se compromissos e produzia-se a extensão da família em conformidade com os preceitos da Igreja. O compadrio significava compartilhar da proteção que é necessária

ao desenvolvimento de uma criança. Implicava rituais, atitudes do padrinho e do afilhado para o resto da vida.

Na história dos bairros vê-se que a notoriedade do morador chegou a ser também anunciada pelo número de afilhados.

AS PRÁTICAS MODERNAS

No bairro iam sendo articuladas práticas que foram suportes para dois movimentos da vida urbana moderna em São Paulo e da vida de bairro em geral. Eram eles o futebol e o cinema. Tanto um como outro difundiram-se de cima para baixo e irradiaram-se pela sociedade. O futebol, inicialmente, foi praticado pela elite paulistana, mas só cresceu como atividade esportiva superando os estreitos limites de onde nasceu, envolvendo a sociedade inteira. E a coincidência de São Paulo dispor de espaços abertos, espaços de uso comum, favoreceu de modo singular o futebol de bairro.

Já o cinema, que aparecia como destinado exclusivamente às áreas centrais da cidade, também chegou aos bairros, como se verá.

O FUTEBOL DO DIA-A-DIA

Os meninos chutavam latas e bolas de meia pelas ruas; pelos campos, chutavam a bola de capotão².

Desde os primeiros anos deste século, uma febre invadiu todas as ruas, quintais, portas de fábrica, terrenos baldios, e o que mais houvesse. Era o futebol. Esta foi a primeira grande festa do povo, fora da perspectiva da Igreja. Não obstante, nas paróquias, nos colégios católicos houvessem esforços para assimilar esses impulsos. A sociabilidade da vida de bairro foi enormemente enriquecida com o futebol.

Formaram-se times em profusão. Os times de bairro defrontavam-se com os times de fábrica, com times de escola, com times de rua, com times da paróquia, com times de vilas. Cada cidade tinha seu time principal.

É importante reter que isso implicava numa enorme mobilização de pessoas de um lugar para o outro: entre os bairros, no interior de cada bairro e entre cidades. O futebol contribuía para a afirmação das



Moradores do Bairro do Limão, torcedores da AAA -Associação Atlética Açucena em domingo de jogo no Parque Balneário Vila Galvão. No centro da foto, ao fundo, vestindo terno e gravata, o Sr. Antonio Cabral de Rezende, Presidente do clube do Limão. Local, Vila Galvão; Data: meados dos anos quarenta.

particularidades e para o estabelecimento das diferenças. Por exemplo, a diferença entre lugares pôde expressar-se na designação dos times: o time do Alto de Santana, o da Baixada do Glicério, o do Lavapés, o da Lapa de Baixo e assim por diante. Mas, expressavam-se também diferenças culturais: por exemplo, o Corinthians era formado por espanhóis do ferro-velho. E do Palestra Itália, o que dizer? Enquanto exercício lúdico, o futebol implicava uma prática em cuja trama ia sendo envolvida a sociedade inteira: diferentes idades, gênero, cor ou raça, condição social, saberes e habilidades.

Como era uma atividade essencialmente masculina, as mulheres iam sendo nela indiretamente enredadas, porque o mundo do futebol entrava pela porta da casa a dentro trazido pelos meninos de pés feridos que precisavam cuidado, pelas lides dos homens atarefados, com os encargos que assumiam e pelas roupas e chancas imundas de lama ou de poeira, ao final das pelegas. E, mais que tudo, “o jogo”, “o jogar” veiculava paixão, ocupava o coração e as mentes que, como um pano de fundo, fornecia a substância para muitos atos rituais cotidianos. Jantar rapidinho porque precisava marcar jogo, fazer reunião, en-

contrar pessoas, muitas pessoas e falar, falar sobre o acontecido e sobre o que aconteceria no próximo fim de semana.

Com o tempo, em muitos bairros, muitas mulheres chegaram a engrossar as torcidas, que se deslocavam para lá e para cá, em caminhões, trens, carroças ou bicicletas.

Muitos caminhões que, pelos anos quarenta, carregavam tijolos, areia, lenha para queimar nos fornos de olarias e também para uso doméstico, circulavam com jogadores e torcidas, aos domingos, percorrendo a trama que o futebol de bairro tecia.

O futebol de bairro em São Paulo foi identificado como futebol de várzea porque a cidade fora sendo formada e cresceu no ângulo de confluência do Tietê e do Pinheiros; num primeiro momento, na colina entre o Tamanduateí e o Anhangabaú, mas já na virada do século, a cidade alcançara as várzeas daqueles rios, dispondo de ampla superfície de inundação. Eram milhões de metros quadrados de terra, circunscritas pelos processos da cidade e com bairros populosos, por exemplo: os bairros operários de além-Tamanduateí, os bairros caipiras de além-Tietê, os bairros e vilas que se formavam na direção de Santo Amaro.

“Naquele tempo [década de 20], ti-

nha mais de mil campos de várzea. Na Vila Maria, no Canindé, na várzea do Glicério, cada um tinha mais ou menos cinquenta campos de futebol. Penha pode por cinquenta campos. Barra Funda entre vinte e vinte cinco campos. Ipiranga, junto com Vila Prudente, pode por uns cinquenta campos. Vila Matilde uns vinte. Agora tudo virou fábrica, prédios de apartamentos. O problema da várzea é o terreno. Quem tinha um campo de sessenta por cento e vinte metros acabou vendendo para a fábrica [...] antes o pessoal estava espalhado nas várzeas e nos bairros jogando mesmo [...] quando foi morrendo o jogo da várzea e o futebol de bairro começou a se concentrar o público nos estádios.” (Bosi,

1979, p.88). Os profundos enraizamentos da vida de bairro, assim produzidos, expressavam-se no interior de relações verticais, hierárquicas, erigidas em torno de profissões prestigiosas e de nomes de família. Quase sempre delas derivava a centralidade do bairro.

Operários pobres, e pobres tão pobres que nem operários eram, nos times tornavam-se conhecidos, isto também valia para os negros, fato que contrastava enormemente com o estigma social a que estavam sujeitos.

Através do futebol, os bairros ganhavam visibilidade e firmavam-se as identidades, não só a partir dos jogos nos campos de futebol, mas também pelas representações, imagens e discursos nos quais se desdobrava. Disto a imprensa e a rádio difusão eram os suportes. “Como era formidável quando A Gazeta Esportiva falava de nosso jogo aqui do bairro”, dizia um velho jogador da várzea.

Ao final da década de 20, o jornal A Gazeta Esportiva fez uma convocação geral aos times existentes e bem antes de terminar o prazo de inscrição já se contavam mais de duzentos times³. E assim a alegria do futebol de várzea aparecia nos relatos de época, pelo rádio e pelo jornal. E de

quebra nascia a imprensa e a crítica esportiva. Pelos meados dos anos 50 vai chegando ao fim a atividade livre nos campos de várzea em São Paulo e a profissionalização, cada vez mais acentuada no futebol, seria o sentido desse processo.

O CINEMA DE TODOS NÓS

O cinema chegou ao bairro geralmente como parte de uma atividade paroquial. Era para o cinema do salão paroquial, ou para a projeção em parede, que se convocavam os moradores indistintamente. Foi o cinema que trouxe mais claramente as ambigüidades da vida moderna para o interior da vida de bairro, esta que, embora não sendo nada homogênea, mantinha grande coesão principalmente nos bairros isolados, porque estava fundada em práticas muito localizadas.

A atividade cinematográfica que nasceu como indústria do entretenimento por sua natureza estava fadada a todos os confrontos com a Igreja⁴. Afinal, essa indústria não só tocava nos costumes, mas criava outras formas de uso do tempo. Em resposta a Igreja liderou a formação dos cinemas de bairro e até transformou capelas em cinemas.

A atuação da Igreja, até onde posso compreender tal processo, visava a manutenção da coesão da vida de bairro, preservando-lhe a ascendência que marcou a formação e o desenvolvimento do bairro. E, diga-se, mesmo nos bairros em que a indústria fora o fator de aglutinação dos moradores. E nem é preciso insistir na mesma linha de argumentação. De fato a religião católica era vivida como atributo da cultura porque os moradores eram católicos de muitas gerações. O pós-guerra marca o período do cinema de bairro em São Paulo que embora não tendo sido muito longo mostrou-se muito interessante, porque infletia diretamente sobre os modos de viver no bairro.

Assim, as crianças continuavam nascendo, sendo batizadas, indo à missa dominical, fazendo catecismo, jogando no time da igreja ou no infantil do time do bairro, isso tudo como prática coletiva da vida de bairro. Com o advento do cinema o novo é o seriado dominical: "a marca do zorro", por exemplo. Os filmes completos que seguiam ao seriado veiculavam

um outro mundo, onde existiria aquilo? O Havaí com ondas e maremotos; a nadadora eternizada pelo cinema nas piscinas azuis da Califórnia, Ester Williams.

Mas a investida da indústria cinematográfica levou a Igreja também a produzir filmes, a elaborar cotação e censura dos filmes lançados em circulação e criou até uma crítica própria do cinema. Chegou a produzir filmes sobre a vida dos santos, sobre a Paixão de Cristo. Supostamente a formação de uma filmografia, que condensasse a vida de santos, era o caminho a percorrer já que percebera que a nova arte, a nova imagem, o novo discurso era parte dos processos de secularização⁵. O seu maior êxito foi com "Marcelino pão e vinho".

Mas se os cinemas de bairro sob o ponto de vista da Igreja tinham por finalidade assegurar a manutenção da vida de bairro, evitando o interesse pela cidade, teriam que veicular filmes do circuito comercial. E foi isso que aconteceu. Só que a moral tradicional foi sendo enfraquecida pelos novos modos de ser, de viver, que o *american way of life* veiculou através do cinema.

Os anos cinquenta foram anos da cidade e do cinema em todo o mundo. Dos cinemas das áreas centrais, confortáveis, luxuosos, que induziram a uma forma de usar a cidade: a matinê era para adolescentes; o fim da tarde para os jovens;

os boêmios, "bons vivants", circulavam à noite quando o cinema, a boate e o restaurante formavam uma unidade. Tudo isso compôs um modo de viver com interesses sempre diversificados: um maior interesse pelo estudo, pelas novas profissões, por tudo que estivesse fora. Os pertencimentos da vida de bairro eram atravessados por novidades sem fim que não paravam de chegar; as mulheres procuravam adquirir habilidades para exercitá-las fora de casa e tudo ao som do *jazz band* americano. Em pouco tempo a própria cidade de São Paulo foi perdendo seu ar um tanto europeu que ainda hoje se observa em determinadas cidades latino-americanas. E vai sur-



A torcida da AAA - Associação Atlética Açucena, que fazia seu curso pelos bairros no caminhão do Gigeto, o massagista do time. Data: meados dos anos quarenta

Fotos de propriedade de Romilda Giós



Eis aqui registrado como memória a igreja, o campo de futebol, jogadores e moradores testemunhando momentos da vida de bairro. Os jogadores: Porfiro Cavallini, Raul Bontempelle e Natale. Data: meados dos anos quarenta.

gindo ainda nos anos cinquenta um ar cosmopolita, americanizado, que ficou na base da cultura de massa.

Mas os anos cinquenta, "época da cidade e do cinema" são também anos da explosão de loteamentos de enorme afluxo de população migrante. A área urbanizada vai além dos velhos bairros; trens e ônibus deslocam trabalhadores a grande distância. Dos Estados do Nordeste continuam chegando os pau-de-arara⁶. O novo componente a ganhar visibilidade no tecido urbano que proliferava era, portanto, o nordestino, entre outros migrantes nacionais.

Definia-se um padrão periférico de crescimento a partir dos mecanismos da especulação imobiliária, articulada à autoconstrução e à ideologia da casa própria. A indústria automobilística indicava já um novo padrão de acumulação com mudanças importantes nas funções do Estado e com mudanças qualitativas e quantitativas na estrutura do emprego. A cultura automotiva invadia as cidades e com ela as crianças perdiam a rua.

A migração nordestina não encontrou meios para se estabelecer maciçamente nos bairros de além-Tietê, em princípio por duas razões: a primeira sugere que os elos principais ou as redes que articulam a mobilidade da população em diferentes escalas na migração foram sendo estabelecidas a partir dos subúrbios industriais, neles os migrantes se inseriam no mundo do trabalho. A segunda parece ter sido derivada do controle estatal no uso das áreas imediatas à Cantareira, pela existência do reservatório e da estação de tratamento de água. Tanto que no início dos anos 70 a legislação de proteção dos mananciais incluía esta área nos códigos preservacionistas.

A arrancada da especulação fundiária nesta região é dos anos 50. Ao se iniciar essa década os loteamentos de Vila Cachoeirinha, de Vila Penteado, Vila Brasilândia, Vila Amália e outros menores começariam a ser ocupados também por nordestinos. Eram aqueles que lá chegaram de pau-de-arara. Eles ganhavam maior visibilidade na região nestas três últimas décadas. Até então, predominavam os nexos da migração estrangeira: de italianos na virada do século, seguidos por espanhóis. Mas, foram os portugueses que

formaram o fluxo mais contínuo de migração para esta região até os anos 50.

AFINAL, E O BAIRRO?

Claro está que na cidade de São Paulo não se acomodariam coerentemente tantos processos; não havia mais capacidade físico-normativa para reunir e potencializar positivamente aquilo que reunia. A partir de então são mais evidentes os interesses e as contradições que este processo carregava: vão aflorando conflitos e sendo produzida uma aparência de caos.

Os raciocínios aqui esboçados permitem observar que a vida de bairro chegou a ser uma experiência coletiva. Combinou o novo e o tradicional e sua positividade derivou do fato de não ser ainda a propriedade uma exclusão absoluta. Havia formas de agregação em torno da propriedade e mesmo a segregação sócio-espacial tinha ainda algo de "natural". O curioso é que a vida de bairro chegou a ser tradução de conteúdos qualitativos, mesmo sob vigência do industrialismo. Foi assim até que a expansão da cidade nos anos cinquenta, na verdade a sua explosão, que era a consumação de meio século de modernização, fora pondo a propriedade territorial como uma mediação essencial, como um nexos fundamental da reprodução da sociedade. Portanto, na história urbana o bairro seguia com a sua própria negação, que era a funcionalização do espaço e do tempo, era o domínio do quantitativo, o aniquilamento da espontaneidade experimentada nas formas lúdicas do futebol de bairro.

A urbanização foi configurando a metrópole: uma superfície de urbanização contínua, domínio do quantitativo porque regido pelo princípio: "tempo é dinheiro". Contudo, na metrópole não se pode suprimir espaços qualitativos porque sem eles não há vida. Mas, nestas condições, a qualidade se insere sobretudo nos circuitos do mercado; nos clubes fechados e no movimento da indústria do entretenimento. O nível de relações imediatas tende a ser resritado ao domínio da casa.

E, por último, na metrópole, as identidades estão sendo libertadas dos enraizamentos territoriais dos quais o bairro foi na história urbana o nível mais elementar. Por isso, os pertencimentos tendem a ser

eletivos, fundados em auto-reconhecimentos. As identidades são mobilizadas para outras esferas da vida e outras escalas, portadoras de outros conteúdos. É por isso possível falar sobre bairro e seus traços remanescentes, mas impossível recriá-lo.

**Odetta Carvalho de Lima Seabra é profa. do Depto. de Geografia da FFLCH/USP.*

NOTAS

1. Fonte: pesquisa sobre a Capela do Bairro do Limão.
2. Explicou-me um velho jogador: era uma câmara de borracha com um bigulim usado para enroscar a bomba da bicicleta. Por fora o revestimento da câmara era sola dura: "eu até passava sebo na bola".
3. Informação colhida no Jornal A Gazeta Esportiva, 1929.
4. Quando a Igreja defrontou-se com a questão do cinema, em 1926, elaborou a Encíclica Vigilante Cura - Papa Pio XI - na qual foram estabelecidas as bases para sua atuação (Alcântara, 1990).
5. "...a palavra secularização tem sido empregada para descrever um processo no nível cultural que é paralelo no [nível, O.S.] político. Denota o desaparecimento da determinação religiosa dos símbolos de integração cultural ... o cidadão surge na terra dos símbolos quebrados." (Cox, 1971, p.41)
6. Designou-se por pau-de-arara o caminhão que transportava migrantes para São Paulo. Notadamente os caminhões vindos do Nordeste.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCÂNTARA, Maria de Lourdes Beldi
(1990) *Cinema, quantos demônios*.
Dissertação, Antropologia, PUC-SP.
- BOSI, Ecléa
(1979) *Lembranças de Velhos*. T.A. Queiroz,
São Paulo.
- COX, Harvey
(1971) *A cidade do Homem*. Paz e Terra,
Rio de Janeiro, p.41.
- CÚRIA METROPOLITANA DE SÃO PAULO
(1996) *Listagem de Paróquias*.
- LANGENBUCH, Juergen Richard
(1971) *A estruturação da Grande São Paulo*. IBGE, Rio de Janeiro.
- LEFEBVRE, Henri
(1974) *La production de l'espace*. ed.
Anthropos, Paris.
- BARRO, Máximo
(1977) *Nossa Senhora do Ó*. PMSP,
Departamento do Patrimônio Histórico.
- TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes
(1970) *O bairro de Santana*. PMSP,
Departamento do Patrimônio Histórico.

AS NOVAS E VELHAS ESPERANÇAS DE UMA COMUNIDADE EM FLORIANÓPOLIS

*Francisco Canella**

Comunidade de origem migrante, com passado militante e pobre. Um lugar que reúne essas características, em uma cidade como Florianópolis¹, pode nos colocar um conjunto de importantes questionamentos: de um lado, tal tipo de comunidade, tanto pela sua própria existência como pelas lutas que promoveu, aponta as contradições de um discurso acerca do desenvolvimento urbano de Florianópolis; de outro, permite a compreensão de uma peculiar dinâmica social estabelecida em uma comunidade de periferia urbana. É esse segundo aspecto que o presente artigo pretende abordar: como, no contexto de lutas que denunciavam um discurso e apontavam alternativas para a cidade, foram produzidas específicas sociabilidades², e em que estado se encontram hoje. Examinar esse processo, considerando suas rupturas e permanências, é o objetivo desse artigo.

A LUTA

A comunidade em questão chama-se Nova Esperança, e é resultado de uma ação organizada pelo Movimento dos Sem Teto no início dos anos 90. O próprio nome, surgido no calor das lutas travadas com

o poder público, indica a presença de um projeto alternativo ao existente na cidade. Após a ocupação de um terreno em bairro de classe média de Florianópolis, vários integrantes do movimento dos sem-teto conseguiram, através de um processo de negociação com a Prefeitura de Florianópolis, ser assentados no bairro Monte Cristo. A partir daí, com base na organização coletiva já estruturada desde a preparação das primeiras mobilizações do grupo e com base no apoio recebido de ONGs, as 49 famílias que compunham o movimento construíram suas casas em regime de mutirão.

A comunidade era formada por migrantes recém chegados à cidade, cujo destino comum seria a condição miserável de viver em uma favela – não habilitados profissionalmente, com baixos níveis de instrução, despreparados para empregos urbanos melhor remunerados – e por famílias que já viviam há longa data na cidade (mas também com passado migrante) e que passaram a constituir uma parcela empobrecida da população, que já não suportava pagar aluguéis. Igualmente significativa era a presença de pessoas nascidas na própria cidade ou em municípios vizinhos³. Essa pobreza que se encontra-

Foto: Francisco Canella

Casas da comunidade Nova Esperança construídas em mutirão



va dispersa passou a se aglutinar em torno de uma instituição de finalidade filantrópica, o Centro de Apoio e Promoção do Migrante (CAPROM), ligado à Igreja Católica. Em pouco tempo, e sob influência do discurso da Teologia da Libertação, o CAPROM radicalizou a sua prática, organizando ações coletivas para pressionar autoridades, até chegar ao ponto de promover ocupações de terrenos.

Na época, o movimento foi considerado vitorioso. Isso, por dois motivos: um ligado às disputas simbólicas em torno do destino da cidade; outro, relaciona-se às conquistas políticas e organizativas da coletividade, que lança a discussão ao terreno da sociabilidade.

FLORIANÓPOLIS E O QUE UMA VIA PODE EXPRESSAR

Foi a partir da década de 80 que Florianópolis vivenciou um crescimento populacional mais acentuado, com a absorção de novos moradores, vindos tanto do interior como de estados vizinhos. Esse crescimento urbano se deu articulado a um discurso, bastante presente na mídia local e ligado àqueles que tinham como projeto uma metropolização da cidade⁴, que pretendia divulgar a cidade como um lugar tranquilo, com ares provincianos, ilha cercada por belas praias e com uma natureza exuberante. Assim, o ponto de partida dessa metropolização seria a “vocalização turística” da Ilha de Santa Catarina. Se a simples presença de migrantes pobres na cidade já denunciava a existência de uma outra realidade, em oposição a um discurso oficial, a ação organizada desses novos e indesejados moradores politizava a discussão sobre o futuro da cidade, prejudicando todo um projeto das elites locais.

Essa incômoda visibilidade pode ser ilustrada com uma matéria, publicada num órgão da grande imprensa nacional (o jornal Folha de São Paulo), intitulada “*Florianópolis tem mais miséria que Rio e São Paulo*”. O jornal apresentava dados (colhidos junto ao IPEA) que revelavam outra Florianópolis: 11,9% da população vivendo em situação de miséria, contra 6,3% em São Paulo e 10,2% no Rio de Janeiro. E citava a matéria: “Uma das maiores favelas é uma espécie de cartão de visi-

tas para quem chega à capital catarinense. São centenas de barracos agrupados ao longo da Via Expressa, avenida de quatro pistas que liga a rodovia BR-101 ao centro da cidade” (Mallmann, 1994, p.9).

Aqueles que procuravam associar o seu desenvolvimento à potencialidade turística de suas belezas naturais não podiam conviver com a exposição, com a grande visibilidade da miséria. Recentemente, durante a atual gestão foram feitas, nas margens da Via Expressa e na parte externa de uma dessas favelas, algumas construções inspiradas no projeto Cingapura. Foi uma clara tentativa de esconder esse indesejado cartão postal da cidade que se pretende capital turística do Mercosul.

Localizada nessa região, próxima à Via Expressa (mas não nas suas margens, local considerado pelo próprio movimento como inadequado), as conquistas da Nova Esperança representavam uma vitória na disputa em torno dos significados que se pretendiam estabelecer *na e sobre* a cidade⁵. O movimento conseguiu transferir alguns dos ocupantes das margens do asfalto para a área da Nova Esperança. Com isso, garantiu condições dignas de habitação e, ao mesmo tempo, afrontou aqueles setores que não desejavam sua presença em tal área da cidade.

Outro aspecto, que se liga a esse e que é bastante ressaltado pelas lideranças, diz respeito à composição do grupo, e o que isso denunciava. Como já foi colocado anteriormente, não era apenas um grupo de migrantes vindos diretamente do campo, empurrados para a cidade por ilusões ou promessas de uma vida mais fácil. O problema de tal miséria, exposta pela Via Expressa ao olhar de todos que chegavam em Florianópolis, não podia ser atribuído apenas ao impacto de levadas de migrantes provenientes do interior do estado. Os que moravam em Florianópolis há longa data, denunciava o processo que resultou na Nova Esperança, também não tinham mais o seu lugar, tornavam-se excluídos do progresso da cidade. É nesse contexto que deve ser entendido o porquê da positividade atribuída a essa comunidade – o que se refletiu sobre os moradores: era comum, entre lideranças e assessorias ligadas aos movimentos sociais, ser mencionada a “auto-estima” elevada dos mora-

dores da Nova Esperança.

A COMUNIDADE NOVA ESPERANÇA

Se retrocedermos dez anos, veremos uma comunidade que construiu uma representação de si mesma como vitoriosa diante das tarefas que se propôs como movimento organizado, forte porque unida e feliz pelas condições alcançadas. O próprio nome escolhido pelos moradores para sua comunidade tem uma clara conotação positiva: Nova Esperança. Tais significados foram estabelecidos no contexto maior de uma cidade que crescia (e continua crescendo) de um modo abrupto e desordenado. As conquistas desse movimento representavam, antes de mais nada, a visibilidade de um processo que não era apresentado por um discurso oficial acerca da cidade.

O fato de ter surgido de um processo de lutas demarcou uma significativa diferença com relação às outras comunidades. A Nova Esperança em seu início foi marcada pela união coletiva. O morar coletivamente faz parte de uma história compartilhada – os encontros foram simultâneos: o descobrir-se como uma coletividade se deu na própria luta para existir como uma comunidade. Havia um objetivo comum. Daí a força que o termo *comunidade* adquiriu entre os moradores. Em suas memórias, há uma clara delimitação entre um passado e um presente. O passado é de lutas: glorioso pelas suas conquistas, memorável pelas suas aventuras, gostoso pelo sentimento de comunidade. Esse passado estendeu-se até o final do mutirão para a construção das casas e às últimas negociações em torno da urbanização do bairro. Em contraposição a esse tempo, vem uma nova realidade: o hoje, carregado de significados negativos, como podemos verificar nesta fala de uma antiga liderança:

“*A comunidade hoje está péssima. No começo nós éramos muito unidos, agora não vê mais reunião, não vê mais festa nenhuma, eu acho que a comunidade é cada um pra si mesmo. Era tão bom antes, porque tinha festa, a gente participava de encontro, a gente ia passear, agora oh*” (Dolzan, 2000, p.44).

Dado o processo de luta - e a especifi-

cidade da conjuntura política da cidade – a Nova Esperança obteve importantes conquistas em termos de equipamentos urbanos, a ponto dos moradores não se considerarem favelados – o que, por exemplo, é diferente com a comunidade vizinha, a Chico Mendes, que é freqüentemente chamada de “favela Chico Mendes”. Possui água encanada e luz (sem ligações clandestinas), as casas têm área construída de 40,6 metros quadrados, as ruas são calçadas, existe serviço de coleta de lixo e até mesmo uma pequena praça. Tudo isso, resultado das lutas coletivas, cuja consequência foi uma auto-imagem da comunidade bastante positiva. Nunca é chamada de favela, nem por quem nela mora, nem pelas pessoas de fora. As lutas mudaram um destino comum: deveriam ser favelados, mas não o são.

A COMUNIDADE UNIDA

Mais do que simplesmente atender a demandas sociais, o projeto que organizava a Nova Esperança não só tinha como horizonte uma nova sociedade mas, principalmente, organizar novas relações entre os sujeitos, no aqui e agora, pautada por princípios solidários, coletivos e democráticos. A prática do bairro deveria ser organizada pelo político. A começar pela própria auto-definição da coletividade como uma comunidade. Logo da ocupação, evitaram fundar imediatamente uma associação de moradores, pois essa só deveria acontecer respeitando o próprio processo de amadurecimento político da comunidade. Conforme colocava um membro do CAPROM: “... é um período que eles têm de realmente se tornar comunidade, não é? Porque até ali é um grupo que se agrupou e cada um de um lado...” (Canella, 1992, p.92).

A Associação de Moradores, espaço político por excelência, teria que, para existir, traduzir os laços sociais estabelecidos, que deveriam superar o “cada um de um lado”. É importante observar que o nome escolhido para uma das comunidades organizadas pelo movimento é *Nova União*. Essa união política teria como objetivo manter a luta. Haveria uma comunidade cuja sociabilidade seria pautada pela organização permanente em prol de seus

objetivos:

“É porque a luta nunca pára, nunca vai acabar. Mesmo que a gente consiga o terreno, sempre vai ter coisa pra gente conseguir. Agora tem a creche... então sempre vai ter isto aí: tem creche, tem praça, tem um movimento aqui dentro da comunidade... tem alfabetização... Então, tudo isso aí que pode entrar, depende de uma luta que vai continuando, que vai crescendo...” (Canella, 1992, p.91).

E a organização deveria ser de todos. Havia a consciência de que a Associação de Moradores poderia significar uma centralização do poder nas mãos de poucos. Procurando evitar este risco, propuseram uma forma de organização alternativa à Associação, as *Comissões de Moradores*. De acordo com este modelo, a comunidade passaria a reunir-se por quadras, garantindo, com isso, a efetiva participação do conjunto dos moradores. Apostavam que a relação de vizinhança, tanto em razão de vivenciarem problemas comuns como pela convivência cotidiana, favoreceria a participação política.

Em resumo, a condição para a existência de uma *comunidade* era a *união*, que tinha como objetivo a *luta política*, a qual teria que ser *democrática*. Eram esses os elementos ordenavam a prática que tornava possível a vida do bairro. E é dessa vida comunitária que os moradores hoje sentem saudade.

FICOU A COMUNIDADE “NA ESPERANÇA”?

Passados quase 10 anos, que dinâmica encontramos? Que trajetória foi construída ao longo desse período e que marcas ainda se fazem presente, como um legado de sua origem em lutas sociais? Como se encontra hoje a comunidade, diante de um processo de crescimento urbano e de exclusão social?

Várias mudanças ocorreram e se apagaram muitos dos traços de uma sociabilidade pautada pelas mobilizações coletivas e pelo sentimento de pertencimento a uma comunidade. No entanto, considera-se que as relações hoje estabelecidas entre os diferentes atores, mesmo que configurando uma nova realidade, podem ser analisadas como portadoras da história dessa comu-

nidade e como reveladoras de possíveis caminhos para o futuro.

Mesmo não sendo favelados, as condições de vida não se alteraram (pelo menos para a grande maioria dos moradores). Se o processo coletivo garantiu habitação digna, não mudou o nível de renda, não mudou o grau de escolaridade e continuaram os antigos sem-teto a viver numa cidade que cresce sem evitar exclusões. Aliás, aumento da atividade turística não implicou em melhoria das condições de vida da população empobrecida. Talvez em razão de uma memória que remete ao passado todas as positivities, os moradores da NE ao definirem o presente, o fazem resignificando a experiência de viver coletivamente, agora conferindo-lhe uma série de atributos negativos: o desemprego, a falta de união, a pobreza, a violência, as drogas. Se um passado os diferenciava, o presente os iguala às outras comunidades empobrecidas.

NOVAS SOCIABILIDADES - QUANDO A CASA CAI

A decepção com a não permanência do projeto de lutas desencadeou uma nova dinâmica na comunidade. Para além da união coletiva, outros elementos de um passado anteriormente não manifestados estão sendo incorporados a essa dinâmica. Com a acomodação, ou com a estabilização da comunidade, voltam à cena. E a sociabilidade que se dá nesse novo momento não é mais organizada por projetos políticos coletivos.

Emblemático dessa situação é o estado em que se encontra a casa comunitária. Quando ocorreu a ocupação dos 50 lotes em que foi dividida a área para o assentamento das famílias, um deles ficou reservado à construção da casa comunitária, que serviu, durante vários anos, para as reuniões da Associação e outras atividades de cunho comunitário (como a Oficina do Saber – um trabalho de reforço pedagógico mantido por uma ONG). Atualmente, a Associação encontra-se sem diretoria, pois não foram realizadas as eleições. Como consequência, a casa deixou de ser um ponto de referência da organização comunitária. Aos poucos, foi sendo abandonada pelos moradores. Bastante deteriorada,



Foto: Francisco Canella

A Casa Comunitária hoje

foi destelhada com a promessa, por parte de um funcionário da Prefeitura (e candidato a vereador), de ser reformada. Até hoje, permanece sem telhado e o mato tomou conta.

Mais do que uma metáfora, a situação da casa traduz uma trajetória coletiva. Seus usos revelam as mudanças ocorridas: primeiro, deixou de aglutinar em razão de finalidades políticas, passando a servir para missas mensais e para a realização de algumas oficinas que, aos poucos, foram esvaziando-se. A entrada na comunidade de pastores evangélicos (os “crentes”) – cujo discurso não guarda qualquer familiaridade com aquele discurso mobilizador dos setores da Igreja Católica – também implicou num novo uso da casa: os cultos ali se realizavam, vários na semana, e, ironicamente, perturbavam principalmente a casa da primeira presidente da comissão de moradores.

Uma parcela da nova geração, constituída por aqueles que eram ainda crianças quando das primeiras ocupações, é usuária de drogas. Abandonada, a antiga casa comunitária tem servido como ponto de encontro desses jovens. Alguns utilizam-na para, por vezes, ali pernoitar. A casa começa a ser identificada pela vizinhança como um lugar perigoso, impróprio, até

mesmo uma ameaça para suas crianças, pois lá ficam jogadas seringas sujas. Assim, o local tornou-se espaço de uma *transgressão* e, como tal, afeta aquilo que Mayol (1996, p.50) define como a *transparência social do bairro*: “O bairro é um universo social que não aprecia muito a transgressão; esta é incompatível com a suposta transparência da vida cotidiana, com sua imediata legibilidade”. Na leitura dos moradores, tal fato torna a comunidade inviável: “Não é possível viver desse jeito”, diz uma moradora, referindo-se ao problema.

O episódio do destelhamento da casa – ápice do processo – também é revelador dos novos tempos: o tipo de negociação que se deu só foi possível graças às relações estabelecidas entre a última direção eleita (classificada como “de direita” pelos próprios moradores) e a atual administração municipal, considerada pelos movimentos populares sua “inimiga histórica”. Vítimas de uma promessa eleitoral, vários dos antigos moradores que lideraram a comunidade não têm mais a pretensão de rearticular a associação: tomar tal iniciativa pode resultar em conflitos com os seus vizinhos. Em nome de um cotidiano tranquilo, abdicam do espaço político. O cotidiano se despolitiza. É como se a

comunidade ficasse politicamente “destelhada”.

Sem representação e coletivamente desarticulada, os moradores da Nova Esperança têm problemas com a atual gestão municipal. Cobranças de IPTU e de prestações pelas casas estão entre as principais reclamações no plano político. Não havendo quem os represente politicamente, as soluções são tomadas no plano individual. Até mesmo aquelas decisões que mereceriam respostas coletivas (e aqui, mais uma vez, a casa comunitária): a atual gestão resolveu cobrar judicialmente o IPTU de quem não se enquadrou na categoria de isentos. Tal cobrança recaiu, inclusive, sobre o prédio da casa comunitária. Como foi construído no lote localizado junto à casa da primeira presidente da Comissão de Moradores, a Prefeitura não hesitou em cobrar dessa pessoa as referidas dívidas. Essa moradora, antiga liderança do movimento, não recebe qualquer apoio ou solidariedade dos seus vizinhos. Nesses novos tempos da comunidade, não há, para ela, qualquer cobertura legal, política ou comunitária. Os antigos sem teto estão, de certo modo, novamente destelhados. A perda do valor coletivo fica evidente na solução pensada por alguns moradores para o problema da casa comunitária. Outrora símbolo da união coletiva, a alternativa para ela proposta agora é estritamente individual: alguns moradores tentam colocar parentes e/ou amigos seus naquele lote.

A “convenção coletiva tácita” que torna um bairro possível, a que se refere Mayol (1996, p.47), é lida pelos moradores através de novos códigos e de novos comportamentos. Não é mais o político (entendendo-o como mobilização coletiva da comunidade em torno de objetivos comuns, dizendo respeito a uma atuação na esfera pública) o elemento aglutinador. Na verdade, não existe mais *um* elemento que aglutine a comunidade. É possível falar em

diversas (e dispersas) comunidades – pelo menos se tivermos em mente o conceito de comunidade original da Nova Esperança: a coletividade reunida em torno de um objetivo comum. São tantas as comunidades quantas as naturezas das relações estabelecidas entre os seus membros: podem ser pela religião, podem ser pelas drogas, pelo local de origem, ou pela proximidade geográfica, pelo parentesco, etc. O que redefine as relações entre os moradores são tanto elementos de uma antiga sociabilidade (as relações familiares de parentesco, ou por local de origem, ou étnica), agora melhor visualizados em razão da despolitização do cotidiano, como os novos elementos incorporados à dinâmica da comunidade (como aquela parte da juventude que se aglutina através das drogas).

Pode-se verificar, por exemplo, no próprio modo como ficou organizada a vizinhança, a presença de elementos de uma sociabilidade que é até mesmo anterior à constituição da comunidade. É o caso do elemento étnico: boa parte da população negra, proveniente dos morros que circundam o centro da cidade e da parte continental de Florianópolis, habita “os fundos” da comunidade, e estabelece entre si laços mais fortes de sociabilidade. Do mesmo modo, é comum os moradores identificarem-se mutuamente pelo local de origem: “o pessoal do Oeste”, “os lageanos”, “os nativos”...

Nas novas gerações, mesmo entre aqueles que não são usuários de drogas, não se verifica uma contrapartida no sentido da mobilização comunitária. Também constroem uma imagem negativa da comunidade: como pobre, violenta, sem lazer e sem perspectivas.

Podemos ainda incluir aqueles casos em que a sociabilidade é apenas negativa (ou simplesmente não é): os novos moradores, em sua maioria, não criam laços de sociabilidade com os seus vizinhos, recusando qualquer tipo de “vida comunitária”. Das 10 novas famílias que compraram as casas de antigos moradores (e que, portanto, não compartilharam de qualquer experiência coletiva no passado), é comum o comportamento de retraimento diante da comunidade, e o desejo de sair dela. Não se misturam. E até mesmo envergonham-

se da comunidade da qual fazem parte – consideram-na uma favela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passada uma década, encontramos a comunidade sem qualquer entusiasmo para a ação coletiva. Os que ainda apostam em projetos como o da Associação de Moradores são em reduzido número. Parte deles inserindo-se na rede clientelista tradicional (como foi o caso da última gestão) e, desse modo, motivados por vantagens individuais. Os que procuram recuperar as formas originais de mobilização, que tinham como mote a “união comunitária” e como estratégia o enfrentamento com o poder público, vêem-se em número cada vez mais reduzido e reconhecem o limite da sua proposta. Ressentem-se do presente e enaltecem o passado – como nos diz uma outra moradora: “...antes o pessoal, todo mundo ajudava todo mundo, porque olha, a gente ocupou assim, foi feito um barraco lá em cima, umas casinhas de madeira (...) se alguém começasse a botar uma tábuia todo mundo ajudava, hoje em dia se tu cair no meio da rua ninguém nem estende a mão” (Dolzan, 2000, p. 44).

No entanto, o que torna esse sentimento tão forte e tão presente na fala dos moradores é a memória de um tempo melhor, quando a comunidade era outra. A leitura que fazem dos elementos de ruptura que pautam a sociabilidade presente, como por exemplo, o uso de drogas e a violência, traduz-se numa percepção da vida cotidiana da comunidade como *impossível*. Existe, assim, um elo de continuidade com o passado: o que define as impossibilidades do presente é justamente a possibilidade de viver (por já ter vivido) em uma outra comunidade. E aí, talvez, resida alguma esperança.

* Francisco Canella é mestre em Sociologia Política pela UFSC e prof. da Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC.

NOTAS

1. Este artigo é resultado de uma pesquisa em andamento, intitulada “Educação e cultura em uma comunidade de periferia de Florianópolis”, desenvolvida na UDESC.

2. As relações de sociabilidade estabelecidas no interior de uma comunidade são tratadas nesse artigo no sentido atribuído por Pierre Mayol (1996) à “prática do bairro”, como a inserção que torna

possível, através de um sistema de obrigações e reconhecimentos, a vida em um bairro, entendendo-o como um meio social. “A prática do bairro é uma convenção coletiva tácita, não escrita, mas legível por todos os usuários através dos códigos da linguagem e do comportamento (...) Um contrato, portanto, uma ‘coerção’ que obriga cada um para que a vida do ‘coletivo público’- o bairro - seja possível para todos.” (p. 47).

3. “As famílias desta comunidade, antes da ocupação, residiam 65% em Florianópolis, 30% na área conurbada e 5% em outro município. Todavia, a origem destas famílias é: 32,60% do sul e centro do Estado; 16,27% de Florianópolis; 11,27% da região da Grande Florianópolis; 10% do Paraná; 8,76% do Rio Grande do Sul; 8,76% do oeste do Estado; 5% do norte do Estado; 3,72% do vale do Itajaí e 3,73% de outros estados (Dolzan, 2000:14). O processo migratório em direção a Florianópolis confirma as análises de Durham (1973) no estado de São Paulo: a maioria dos migrantes não veio diretamente do campo para a realidade urbana da capital.

4. Márcia Fantin (2000: 17) identifica esse grupo de atores como sendo constituído “pelo empresariado da indústria do turismo e do comércio, administradores públicos e agentes políticos locais vinculados a partidos conservadores”.

5. Com relação a essa questão, Márcia Fantin, em seu livro “A cidade dividida” (2000), adota a noção de *disputas simbólicas* para analisar as disputas e os discursos em torno do que seria a “vocação” de Florianópolis -transformar-se em metrópole ou manter-se como cidade de porte médio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZIBEIRO, Nadir & PERASSA, Ivone
(1992) *O papel educativo dos movimentos sociais: a experiência da “Nova Esperança”*. Florianópolis, texto digitado.
- CANELLA, Francisco
(1992) *A UFECO e o Movimento dos Sem-Teto: práticas instituintes nos espaços políticos da cidade*. Florianópolis, Dissertação de Mestrado em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina.
- DOLZAN, Janiane Cinara
(2000) *Caminhos/Imagário/Conquistas. O Movimento Sem Teto e a Comunidade Nova Esperança*. Florianópolis, Trabalho de Conclusão do Curso de História, FAED/ Universidade do Estado de Santa Catarina.
- DURHAM, Eunice Ribeiro
(1973) *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo, Perspectiva.
- FANTIN, Márcia
(2000) *A cidade dividida*. Florianópolis, Cidade Futura.
- MALLMANN, Regis
(1994) “Florianópolis tem mais miséria que Rio e São Paulo”. *Folha de São Paulo*, 26 de junho de 1994 (Brasil 95, Caderno Especial, p.9).
- MAYOL, Pierre
(1996) “Morar”. In: CERTEAU, Michel, GIARD, Luce & MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar*. Petrópolis, Vozes, p. 36-185.

A ritualização do pertencimento

O “paraíba” e seus espaços

Fernando Cordeiro Barbosa*



ato de migrar pressupõe o abandono do espaço social de origem, exigindo a procura não apenas por trabalho, mas também por moradia. A despeito de ser o trabalho a disposição central da migração, o onde morar e de que forma não se transcrevem como preocupações de menor importância. O trabalho e a residência para os migrantes, mais do que para os demais trabalhadores, têm uma estreita relação de dependência mútua (Sayad, 1992). Essa interdependência leva os trabalhadores a terem como uma das alternativas para a efetivação dos projetos intrínsecos à migração, a inserção em atividades produtivas que ofereçam a moradia (Barbosa, 2000). Não é por menos que as ocupações de empregada doméstica e de empregado de edifício são apontadas pelos estudiosos da migração, como Durham (1984) e Garcia Júnior (1989), como atividades potencialmente absorvedoras de mão-de-obra migrante.

Os trabalhadores aderem a essas ocupações por diferentes interesses, valores e agentes mediadores. Dentre esses motivos destacam-se o capital social propiciado pelas relações de parentesco e amizade, a desqualificação técnica para a execução de serviços que não se inscrevem em sua trajetória camponesa e certas similitudes com as relações existentes no espaço social de origem, como a

pessoalização da relação de trabalho, bem como as estratégias adotadas por esses trabalhadores para a implementação dos projetos vislumbrados, como se bem traduz na articulação entre trabalho e residência. Não quero com isso dizer que todas as empregadas domésticas e todos os empregados de edifício sejam norteados e camponeses, e nem que todos que tenham essa trajetória se insiram nessas ocupações. Vale destacar, entretanto, que esses tipos de serviços constituem-se como alternativas de redimensionamento e integração de migrantes que estão diante de um processo de descampesinização¹.

A inserção nessas ocupações que articulam casa e trabalho implica não apenas a constituição dos migrantes como trabalhadores, mas também como moradores. O “morar no trabalho”, “morar em casa de família” e “morar no prédio”, conforme os termos utilizados pelos entrevistados, conduz esses trabalhadores a serem moradores de espaços enobrecidos, como a Zona Sul do Rio de Janeiro, lugar esse habitualmente relacionado à camada média carioca. O fato desses trabalhadores residirem nesses espaços tem suas implicações, como veremos a seguir, uma vez que o local de residência é simbolicamente investido de sentidos e valores, conforme pode ser percebido na literatura sobre espaços sociais de trabalhadores.

ESPAÇOS SOCIAIS DE TRABALHADORES

A importância do local de residência e das relações de vizinhança têm recebido destaque nos estudos preocupados com a constituição da identidade e manifestações culturais da classe trabalhadora. O seu espaço social geralmente é apresentado como um sistema de referência, onde é desenvolvida uma ampla e particular forma de sociabilidade.

As análises recaem principalmente sobre segmentos da força de trabalho reproduzidos sob vínculos estabilizados, como o de trabalhadores que têm como pressuposto de projeto de vida a sua autonomia sobre a residência. Ou mesmo ainda daqueles cuja estabilidade do vínculo empregatício ocorre pela aceitação da perda relativa da autonomia pela moradia de favor.

O primeiro caso é foco de atenção dos estudiosos que privilegiam a construção da identidade do trabalhador a partir do local de residência, da vizinhança ou lazer. Os trabalhadores nesses estudos são vistos como construtores de bairros relativamente independentes. Esses espaços, nos centros urbanos, são denominados *bairros operários*, *bairros populares*, ou *bairros periféricos* e se configuram como áreas que são definidoras de um certo padrão de participação dos trabalhadores no contexto sócio-cultural.

Um *bairro operário*, segundo Macedo (1986), envolve uma população que se localiza e se apropria de áreas tidas como segregadas no espaço urbano, circunscrevendo o cotidiano dos trabalhadores a um mundo particular. Morar nesse espaço significa estar possuído de pontos de referência que lhes permitem negociar tanto a sua própria identidade de trabalhador (Guedes, 1997), como uma identidade social que possibilita a formação de associações políticas e culturais, como bem demonstra Zaluar (1985). Isto porque nesses espaços estão em seu "pedaço" (Magnani, 1998), lugar no qual o trabalhador está inserido numa particular rede de relações tecendo o seu cotidiano, onde reconhece e pode ser reconhecido em

qualquer circunstância.

A articulação do espaço social com o cotidiano dos trabalhadores é também enfocada pelos estudiosos que analisam o sistema de relações em unidades de produção relativamente fechadas, como fazendas e fábricas. A posição do agregado em fazenda, analisada por Moura (1988), torna explícita a dependência pessoal pela morada, pois implica aceitação do desempenho do trabalhador às etiquetas fundadas num conjunto de regras interiorizadas nas relações existentes nessa unidade de produção.

A falta de estímulo à afiliação dos trabalhadores aos movimentos associativos, por terem a sua força de trabalho imobilizada, é apontada por Neves (1997) como uma das principais consequências da aceitação da perda relativa da autonomia pela moradia de favor ocorrida nas unidades de produção agro-industriais. Os operários das vilas operárias, estudados por Lopes (1988) e Alvim (1997), têm o espaço social e a existência controlados pela fábrica, em razão do papel que exerce sobre os trabalhadores ao disseminar e inculcar uma ideologia e uma moral do trabalho como estilo de vida.

Esses domínios sociais de existência da classe trabalhadora, apesar de assumirem características particulares em cada caso analisado, guardam entre si pontos comuns de relação, como o pertencimento dos trabalhadores a universos sociais que são construtores de referência em sua trajetória. A comparação entre o caso estudado, que é o de trabalhadores de origem migrante que vivem em espaços enobrecidos, com a família de casos similares, é um exercício fundamental, à medida que permite a compreensão da construção de modelos de organização social a partir do aprendizado do pertencimento.

O caso por mim operado enfoca a relação trabalhador e espaço social pelo estranhamento e perda relativa da autonomia. Esses pressupostos, diferentemente daqueles destacados nas análises sobre segmentos da força de trabalho que têm assegurado o imaginado inabalável pertencimento pela referência a um mundo social cujo tempo se espraia por gera-

ções, visam demonstrar o aprendizado do pertencimento pela explicitação ritual do não-pertencimento.

Os migrantes de origem nordestina que se afiliaram às ocupações de empregada doméstica e empregado de edifício, em razão do oferecimento da residência, estão sujeitos aos códigos de um espaço que são tidos como concernentes a grupos sociais aos quais não fazem parte. Por estarem vinculados à residência, o lazer, o tempo, o espaço, a sociabilidade e os comportamentos desses trabalhadores sofrem interferência de normas sociais consideradas fundamentais para a vida familiar dos demais moradores. A condição de morador é subjugada pela condição de trabalhador. Através dessa condição, além da dependência e subordinação imposta, ocorrem hierarquizações e diferenciações sociais. Esses trabalhadores são, no espaço social onde vivem, *moradores de segunda categoria*, em razão das diferenças culturais entre os moradores que se constituem como trabalhadores e aqueles que se constituem como patrões.

OS MORADORES DE SEGUNDA CATEGORIA

Copacabana, Ipanema e Leblon, cartões postais do Rio de Janeiro, têm como população típica os moradores que apresentam signos próprios e distintivos de grupos sociais que ocupam posições privilegiadas em nossa estrutura social. Todavia, a composição social não varia apenas entre diferentes bairros da cidade, mas também, em parte, no interior do mesmo bairro ou área (Evers, Plantemberg e Spessart, 1985). A heterogeneidade de um bairro é decorrente da combinação de diferentes fatores, como: procedência, raça e classe social, que traçam linhas divisórias que podem ser invisíveis ou concretas.

A Zona Sul, independentemente de ser classificada e incorporada como local de classe média, apresenta uma sortida paisagem humana. Enquanto Copacabana é a encarnação do próprio cosmopolitismo, as favelas existentes

nesses bairros nobres são um exemplo típico do marco concreto de distinção interna existente nesse espaço. Os habitantes dessas comunidades, todavia, não são classificados como moradores da Zona Sul, mas como pertencentes aos morros da Zona Sul - Pavão, Cantagalo, Chapéu Mangueira, etc.

Os bairros da Zona Sul do Rio de Janeiro têm também seus *moradores invisíveis*, desvelados apenas pela sensibilidade do olhar antropológico. Esses *moradores invisíveis* são as empregadas domésticas e empregados de edifício que residem no próprio trabalho. Os bairros residenciais de classe média geralmente demandam uma grande quantidade desses trabalhadores para viabilizar a funcionalidade dos edifícios e apartamentos da população típica desses locais. Apesar da condição de residência ser subjugada pelo trabalho, eles não deixam de ser moradores desses espaços, nem que seja na condição de subalternos, como moradores de *segunda categoria*.

Os próprios trabalhadores, ao comentarem, comparando-se com os demais trabalhadores, sobre as opções de inserção no espaço urbano, definem-se como moradores desses bairros. Ao contraporem a infra-estrutura desse local à precariedade e à violência dos espaços sociais dos demais trabalhadores, como as favelas e periferia urbana, valorizam a sua opção de trabalho e integração do contexto urbano, realizando uma hierarquização que os diferenciam em certos aspectos dos outros trabalhadores.

"A gente tem a desvantagem do salário, mas tem vantagem dos benefícios que a gente sempre tem. Comparando meu salário com o de outro trabalhador, você vai ver que a gente ganha mal, mas tem mais vantagem... O cara mora mal, mora no subúrbio, mora com medo dos bandidos matar ele. Tem que pegar condução. Paga moradia, paga luz, paga água, paga energia, e eu não. Moro aqui na Zona Sul, moro bem... Não pago água, energia, não dependo de ônibus pra ir pro trabalho. Já moro no trabalho. A gente tem essa vantagem. Pode ir à praia. A praia é

aqui pertinho. Tando aqui na Zona Sul é bem mais fácil." (I., 27 anos, nascido em Campina Grande/PB, migrou para o Rio de Janeiro em 1993 e trabalha como auxiliar de portaria em Ipanema).

Ao mesmo tempo que a condição de morador de bairros enobrecidos os distingue dos demais trabalhadores, a posição de subalterno não possibilita uma relação horizontalizada com os outros moradores desse espaço. A vizinhança nesse caso não funciona como um espelho (Sarti, 1996). A interação com os moradores do bairro, diferentemente do que acontece nos "bairros populares", não funciona como uma malha de relações que possibilita a troca de informações, idéias e o estabelecimento de um pequeno sistema de empréstimo e ajuda, conforme pode ser visto nos estudos de Macedo (1986) e Magnani (1998).

Apesar de moradores, consideram-se e são classificados como porteiros ou empregadas domésticas. A posição de subalternidade é demarcada em todo esse espaço, havendo lugares onde não transitam, como certos restaurantes e lojas. Mesmo em ambientes comuns a ambos, como supermercados, padarias, farmácias e bares, ocorrem diferenciações e demarcação de convivência.

Essa distinção é fruto de um sistema social que tem como lógica de funcionamento homologias e oposições (Bourdieu, 1992). Os estilos de vida de cada grupo social imprimem *desvios diferenciais* que acabam por denunciar a posição que cada um ocupa na estrutura social. Os sinais de diferença, todavia, não se limitam à mecânica concreta do sistema de produção, mas se redimensionam em outras formas de dominação e hierarquização social. O regionalismo expresso nas oposições sudeste/nordeste e rural/urbano, também são responsáveis por *ações simbólicas* que contribuem para a distinção e hierarquização. O sotaque nordestino, a linguagem camponesa, a maneira de andar e o estilo de vestir e de se enfeitar desses trabalhadores - os "paraíbas" - como são preconceituosamente denomi-

nados os migrantes nordestinos no Rio de Janeiro, apresentam-se como manifestações exteriores que exprimem a sua posição de subalternos, reforçando a discriminação existente, não apenas nesses espaços enobrecidos, como em toda a sociedade.

A relação desses moradores de *segunda categoria* com o espaço social onde vivem se faz por marcos concretos e simbólicos de inclusão e exclusão. Se a condição de subalternos os excluem de certas referências desse espaço, inviabilizando a sua inserção em pontos de sociabilidade dos moradores privilegiados, essa mesma posição de *morador de segunda categoria* leva os trabalhadores a (re)criar códigos e espaços onde possam firmar e (re)construir sua identidade, colocando em jogo suas múltiplas e complexas referências.

Os modos de sociabilidade, as formas de lazer e as manifestações culturais da classe trabalhadora são associadas geralmente a uma identidade comum e a um estilo de vida próprio que são responsáveis por um todo coerente e unitário. Todavia, os estoques simbólicos e culturais desses segmentos de trabalhadores, apresentam-se como um conjunto fragmentário que se alimenta da articulação de diferentes contextos, situações e universos sociais. Antigas tradições do mundo rural e novas identidades adquiridas na sociedade urbana encontram-se entrelaçadas no cotidiano desses trabalhadores. Por seu turno, a condição de morador de um espaço enobrecido, mesmo que na condição de subalterno, implica a articulação de informações e valores culturais de outros grupos sociais que também são responsáveis pela produção e consumo de múltiplas manifestações culturais.

A condição de morador da Zona Sul proporciona a esses trabalhadores gozarem do lazer predileto dos cariocas que é a praia. A caminhada pela orla, o banho de mar, o jogo de futebol e a conversa na areia são apresentados como um dos principais desfrutes desse espaço enobrecido. A praia, local amplo onde podem acontecer aproximações entre iguais, re-

apresenta a valorização de sua escolha de inserção no sistema produtivo, pois ela permite que estejam em um lugar idealizado, tanto por eles, como por demais segmentos da classe trabalhadora e da sociedade.

Outros ambientes de lazer valorizados por esses trabalhadores nesses espaços enobrecidos, são os cinemas, os *shopping centers* e mesmo espetáculos populares e gratuitos que acontecem na praia ou parques. O caminhar pelo bairro, reconhecendo suas ruas e praças, prestando atenção nas lojas, pesquisando preços e admirando novidades de consumo, transcrevem-se também como atividades de descontração e divertimento. A facilidade de acesso a essas formas de lazer, conduz, inevitavelmente, à comparação de sua condição com a dos demais trabalhadores, especialmente daqueles, muitas vezes seus parentes e amigos, que residem na periferia urbana.

Estarem perto desses lugares pode significar também a aproximação com valores de um grupo social ao qual não pertencem e o distanciamento de manifestações culturais mais corriqueiras dos trabalhadores que moram em *bairros populares*. Entretanto, se é incontestável que esses trabalhadores passaram a usufruir de certos tipos de lazer e sociabilidade pertencentes ao cotidiano de uma camada social privilegiada, é necessário registrar que essa apropriação ocorre apenas aonde é possível, cultural e economicamente, e é feita até certo ponto e até certo grau, sendo realizada ainda com estilo e característica própria.

Por seu turno, as empregadas domésticas e empregados de edifício, como não poderia deixar de ser, também se identificam como trabalhadores e com esses realizam preferencialmente suas formas de sociabilidade. Os seus companheiros de espaço social são os colegas de trabalho, como porteiros de prédio vizinho, outras empregadas e trabalhadores que realizam serviços nesse espaço social, como carteiros, garçons, vendedores e balconistas. A sociabilidade entre eles ocorre nos bares, nas praças, na praia, nos próprios locais de trabalho, como na portaria, e nas lojas e supermercados.

Para dar forma a modos de sociabilidade particulares, apropriam-se de certas porções desses espaços enobrecidos. O território do seu cotidiano é demarcado por pontos de convivência. Nesses locais esses trabalhadores, cercados por paredes reais ou imaginárias, podem se exibir e colocar em jogo suas identidades.

Elegem, inclusive, lugares onde realizam a reafirmação de sua condição de migrante nordestino. Esses locais, como a Praça Serzedelo Corrêa, em Copacabana, permitem a construção de diferenciações e servem como ponto de encontro de conterrâneos, onde podem ficar mais a vontade entre iguais. Nesses espaços trocam informações sobre o local de origem, enamoram-se e reencontram parentes e amigos.

Os bares também são espaços privilegiados de convivência desses trabalhadores. Existem bares nesses bairros enobrecidos, onde esses *moradores invisíveis*, juntamente com outros trabalhadores, criam marcas de identidade. Ali, entre iguais, acompanhados de cerveja ou cachaça, ouvindo música, assistindo jogos de futebol ou namorando, praticam exercícios de reconhecimento e pertencimento, como bem traduz a música *O rancho da goiabada* de João Bosco e Aldir Blanc:

(...) *O bar*
Onde tantos iguais se reúnem e
contando mentiras
Pra poder suportar...
Ai, são pais-de-santo, paus-de-arara,
são passistas,
São flagelados, são pingentes,
balconistas,
Palhaços, marcianos, canibais,
lírios pirados,
Dançando, dormindo de olhos abertos
à sombra
Da alegoria dos faraós embalsamados.

* *Fernando Cordeiro Barbosa é mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política da UFF.*

NOTA

1. Segundo informação de dirigentes sindicais dessas duas categorias profissionais, a mão-

de-obra na ocupação de empregado de edifício no município do Rio de Janeiro é constituída basicamente por trabalhadores de origem nordestina, enquanto que entre as empregadas domésticas há uma heterogeneidade quanto à naturalidade das mesmas, existindo trabalhadoras tanto dos estados do Nordeste, como de Minas Gêrias e do interior fluminense ou mesmo da capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVIM, Rosilene
(1997) *A sedução da cidade: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren*. Rio de Janeiro, Graphia.
- BARBOSA, Fernando Cordeiro
(2000) *Trabalho e residência: Um estudo das ocupações de empregada doméstica e empregado de edifício a partir de migrantes "nordestinos"*. Niterói, EDUFF.
- BOURDIEU, P.
(1992) *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva.
- DURHAM, Eunice R.
(1984) *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo, Perspectiva.
- EVERS, Tilman; MULLER-PLANTENBERG, Clarita e SPESSART, Stefanie
(1985) "Movimentos de Bairro e Estado: Lutas na esfera da reprodução na América Latina". *Cidade, Povo e Poder*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- GARCIA Jr., Afrânio R.
(1989) *O sul - Caminho do Roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Rio de Janeiro, Marco Zero; Brasília, Editora Universidade de Brasília, MCT-CNPQ.
- GUEDES, Simoni Lahud
(1997) *Jogo de corpo: um estudo de construção social de trabalhadores*. Niterói, EDUFF.
- LOPES, José Sérgio Leite
(1988) *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. Rio de Janeiro, Marco Zero; Brasília, Editora da UnB.
- MACEDO, Carmen Cinira
(1986) *A reprodução da desigualdade*. São Paulo, Vértice.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor
(1998) *Festa do pedaço: festa popular e lazer na cidade*. São Paulo, Brasiliense.
- MOURA, Margarida Maria
(1988) *Os deserdados da terra*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil.
- NEVES, Delma Pessanha
(1997) *Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista*. Niterói, EDUFF.
- SARTI, Cynthia Andersen
(1996) *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas, Autores Associados.
- SAYAD, Abdelmarlek
(1992) *L'immigration ou Les paradoxes de l'altérité*. Bruxelas, De Boeck Université.
- ZALUAR, Alba
(1985) *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo, Brasiliense.

“VIZINHOS E COMUNITÁRIOS” EXPERIÊNCIAS DE SOCIABILIDADE NUMA ORGANIZAÇÃO POPULAR NA PERIFERIA DE BELÉM

Antonio Maurício Dias da Costa*



o interior do Bairro da Terra Firme, localizado na periferia da cidade de Belém (PA), as relações de sociabilidade produzidas pelos membros de uma organização popular (Associação de Moradores), são claramente expostas pelas suas práticas de lazer. Mais do que isto, é possível dizer que estas relações de sociabilidade vividas pelos habitantes das regiões periféricas da cidade de Belém são em grande parte definidas pelas suas atividades de lazer, especialmente pelos moradores de regiões de ocupação habitacional (moradores sem título de propriedade), como aqueles da “Área do Bosquinho” no bairro da Terra Firme.

Da mesma forma, ao longo da pesquisa realizada na Associação de Moradores Unidos na Luta¹ do referido bairro, as redes de vizinhança passaram a ocupar um importante papel na identidade e conformação dos membros daquela organização, transformando “vizinhos” em “comunitários”, unidades conceituais repletas de significados próprios àquele contexto.

A Associação de Moradores Unidos na Luta foi fundada em 1988 como uma espécie de extensão das atividades de um grupo religioso católico que atuava na igreja local, a Igreja “Santa Maria”. Na verdade, a associação de moradores já existia

sob a denominação descritiva de “comunidade Santa Maria”, no que se refere ao contingente de pessoas ligadas àquele grupo religioso. Mais tarde este grupo foi se consolidando paulatinamente através da atividade de “evangelização”, ou seja, de uma série de visitas realizadas às residências próximas à sede do grupo, marcadas pela leitura e discussão de passagens bíblicas, complementadas por reflexões acerca de seus problemas cotidianos.

Além disso, alguns dos componentes deste grupo eram provenientes de outra associação de moradores daquela área, o Centro Comunitário Universal, que de lá saíram em função de divergências internas. Surge então, a partir de 1988, uma nova entidade “comunitária” que pretendia representar os interesses dos moradores da Área do Bosquinho, no Bairro da Terra Firme, denominada de Associação de Moradores Unidos na Luta. A história da fundação da “Unidos na Luta” em muito apresenta um modelo exemplar da gestação de Organizações Populares na periferia de grandes cidades do Brasil. O que há de peculiar neste caso é que os discursos e articulações políticas empreendidas na construção dessas entidades é que em muito eles estão repletos de conteúdos de sociabilidade oriundos da rede de vizinhança local: valores, moral e táticas de “navegação” social.

Quando os fundadores da “Unidos na Luta” foram perguntados sobre qual a necessidade da fundação daquela entidade estes responderam que não poderiam legalmente reivindicar seus interesses nos órgãos públicos competentes, já que se constituíam numa “comunidade da Igreja”. Apresentava-se como prioridade, portanto, criar uma entidade autônoma e com força legal que pudesse representar seus interesses. O nome da entidade, por conseguinte, em muito esclarece os motivos geradores daquela associação, como enfatiza este entrevistado:

“Então surgiu uma equipe que começamos esse trabalho de evangelização (...). Então era só uma capelinha de madeira, discutia a possibilidade da gente fazer um trabalho, sempre se organizando, sempre fazendo reunião, conversando e o povo sempre levando pra frente, sempre tocando com o pensamento positivo, (...) todo mundo unido. E foi assim, e aí já foi aparecendo pessoas (...) ia aparecendo os padres, participando com a gente e aí eles percebendo o nosso trabalho, que é um trabalho organizado, sempre unido, sempre fomos unidos e se hoje nós temos isso por aqui, temos a igreja, temos ali a escola, tudo isso é fruto da nossa união, por que nós sempre trabalhamos, sempre a gente trabalhou sempre unidos.” (Carlos Silva, entrevista-do em set/1997)

Pode-se observar claramente neste discurso a ênfase que se dá à precedência do grupo religioso enquanto fonte de gestação da associação de moradores, o que lhe confere a característica peculiar da "união". A "evangelização" e a "conversa com o povo" se apresentam como práticas complementares que vão culminar na conformação de grupo de pessoas de concepção política e religiosa semelhantes, que se constituirão no núcleo-base da fundação da Unidos na Luta.

Mais do que isto, outros aspectos são importantes para compreendermos as motivações que conduziram à criação desta Associação de Moradores. Primeiramente, grande parte dos membros fundadores daquela associação eram ex-participantes de Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica², antes de se deslocarem para aquela área ocupada recentemente no Bairro da Terra Firme.

A ocupação iniciou-se em 1980, primeiramente numa região adjacente à Universidade Federal do Pará (UFPa), denominada então de Área do Bosquinho, em razão da grande quantidade de árvores existentes naquele terreno, assemelhando-o a um bosque. De 1980 a 82 ocorreram várias tentativas mal-sucedidas de desocupação daquela área, contando com a participação ativa da polícia militar: cada ação de desocupação era posteriormente assinalada pela volta dos ocupantes e pelo aumento do seu número. A insustentabilidade desta situação fez com que a UFPa concedesse àquelas pessoas, no início de 1982, a ocupação de uma área próxima à do Bosquinho que, por sua vez, herdou-lhe o nome inicial. A notícia de que havia terrenos disponíveis circulou então pela cidade e atraiu grande número de pessoas "sem-teto" para aquela região, que passou a fazer parte do Bairro da Terra Firme. Certa parcela destes novos moradores daquele bairro, por seu turno, já tinham experiência de participação em organizações populares, tais como Comunidades Eclesiais de Base e Centros Comunitários.

Este aspecto é ressaltado, uma vez que este modelo de "expansão evangelizadora" da Igreja Católica possuía como característica fundamental o aumento da participação dos leigos na condução das atividades da "comunidade eclesial". Este mode-

lo de "comunidades católicas", desenvolvido no Brasil durante os anos de 1970-80 terá como característica fundamental, além da participação do laicato, uma forte inclinação para a mobilização dos seus participantes para a ação social. Noutras palavras, a experiência obtida pelos membros fundadores da "Unidos na Luta" em Comunidades Eclesiais de Base, de certa forma, ensejava sua inclinação para o questionamento das problemáticas vividas naquela área de ocupação, especialmente, da inexistência de infra-estruturas urbana:

"(...) Tem o Centro Universal aqui na área. Então foi o Centro que sempre foi manipulado (...) eles não se dão bem com a gente como a Igreja, porque todos nós somos Igreja. Mas com alguns membros que participam da Igreja eles não se dão bem. No caso tem eu, a dona Zuleide e outras e outras pessoas. Por que? Por que nós seguimos um pouco o Evangelho. Nós anunciamos a Boa Nova, mas também denunciemos o tipo de escravidão, o tipo de exploração que aquele povo vem sendo enganado (...)" (Arnaldo Barroso, entrevistado em nov/97)

Através do relato deste membro fundador da Unidos e da Igreja Santa Maria pode-se perceber que as atividades daquele grupo religioso ensejavam uma conotação de questionamento dos problemas sócio-econômicos dos moradores daquela área. Além disso, apresenta-se claramente um discurso de oposição à atuação do Centro Universal, caracterizado como "manipulado", ou seja, conduzido pelos interesses particulares de políticos. Desse modo, de acordo com a fala de Arnaldo Barroso, de um lado está a Unidos na Luta como uma associação de moradores ligada à Igreja Católica e que denuncia a "exploração" social dos mais pobres e, do outro, o Centro Universal, marcado pela manipulação dos seus membros por parte dos seus dirigentes, que utilizam a entidade como instrumento para atender a seus interesses particulares.

MEMBROS-FUNDADORES DA UNIDOS NA LUTA

Dentre os participantes da Unidos na Luta destacam-se seus membros-fundado-

res, tidos com tal por fazerem parte do grupo inicial de evangelização e por possuir alguma experiência no tocante à participação em organizações populares ou em Comunidades Eclesiais de Base. Estes membros-fundadores serão apresentados de acordo com a ordem dos contatos estabelecidos durante a pesquisa de campo.

Principal interlocutora deste trabalho, Zuleide Gomes morava anteriormente no bairro do Jurunas e deslocou-se com sua família para a Área do Bosquinho com o objetivo de adquirir sua casa própria. No Bairro do Jurunas, ela participava de um centro comunitário local. Quando estabeleceu residência na Área do Bosquinho, Zuleide participou da criação de um grupo de evangelização, que mais tarde dará origem à Igreja Santa Maria e à Unidos na Luta. Durante a realização da pesquisa ela fazia parte da direção da Unidos na Luta, mas estava afastada das atividades da Igreja.

Por intermédio de Dona Zuleide, estabeleci contato com Carlos Silva, morador da primeira Área do Bosquinho (1980-82). Segundo ele, sua família morava naquela localidade mesmo antes de 1980, quando se iniciou o processo de ocupação. Com o remanejamento da ocupação e o consequente loteamento de terrenos às margens da Rodovia Perimetral, a sua família adquiriu um terreno naquela nova área, que segundo o informante se constituía numa localização "mais próxima da cidade". Carlos Silva participou do grupo de evangelização que deu origem à Igreja e à Unidos na Luta.

Posteriormente, manteve contato com Joana Araújo, professora do reforço escolar de ensino fundamental da Unidos na Luta. Ela é proveniente do interior do estado (Marapanim - Pa) e deslocou-se juntamente com sua família para aquela área com o intuito de obter uma casa própria. Desde sua chegada, Joana Araújo trabalhou durante sete anos na Pastoral da Criança, que era uma atividade desenvolvida pela Igreja Santa Maria. Depois disto, a mesma concluiu o curso médio de magistério, de modo que pôde se dedicar ao reforço escolar da Unidos. Além disso, Joana Araújo também participou da fundação do grupo de evangelização.

Outro interlocutor importante foi Do-

mingos Silva. Ex-seminarista, "Seu" Domingos abandonou a Igreja para casar-se e morar naquela região da Terra Firme. Quando do seu estabelecimento no "Bosquinho" ele estabeleceu relações com D. Zuleide, Seu Arnaldo, Seu Carlos, dentre outros vizinhos e passou a partilhar do sonho de construir uma associação de moradores. Atualmente, Domingos Silva foi eleito Presidente da Associação, além do que, durante a realização de atividades de lazer como festas, ruas de lazer, bingos, dentre outros, ele participa de sua organização bem como disponibiliza o uso de sua "aparelhagem"³ para a animação das festas.

Por fim, passei a fazer contato com Arnaldo Barroso. Também proveniente do município de Marapanim (Pa), Arnaldo Barroso não se dirigiu imediatamente para a Terra Firme quando veio para Belém. Ele primeiramente estabeleceu residência no Bairro da Pedreira, ficando na condição de agregado junto aos seus irmãos. Com o anúncio da ocupação daquela área, Arnaldo Barroso concretizou o seu desejo de possuir uma casa própria. Com o seu estabelecimento na Área do Bosquinho, ele participou da criação do grupo de evangelização já citado. Atualmente, Arnaldo Barroso dedica-se mais às atividades da Igreja, embora não descarte a ligação fundamental da Igreja com a Associação Unidos na Luta.

Pode-se concluir, portanto, que a experiência que estas pessoas tiveram na Igreja Católica, de acordo com o modelo de Comunidade Eclesial de Base e em outras organizações populares, os municiava de modo a proceder à criação de uma associação de moradores naquela área. Não que esta experiência seja suficiente para explicar a criação daquela associação, mas penso ser válido considerar a sua importância, uma vez que grande parte dos entrevistados referem o papel da Igreja e do grupo de Evangelização como fundamental para a fundação da Unidos.

Na verdade, segundo relatos obtidos em campo, a Unidos na Luta só seria fundada a partir do momento em que o grupo ligado à Comunidade Santa Maria viu sua participação limitada no Centro Universal. Segundo uma interlocutora, o estopim deste conflito se deu quando o "grupo da San-

ta Maria" defendeu a construção de uma escola primária em um terreno do Centro Universal. Esta proposição gerou grande polêmica e foi embargada indiretamente na eleição da nova diretoria do Centro, na qual concorria o grupo de pessoas ligadas à Igreja Santa Maria. A derrota considerada fraudulenta pelos membros daquele grupo impulsionou seu interesse em criar uma nova Associação de Moradores naquela área, que apresentaria como característica preponderante a "independência", frente aos interesses específicos de políticos que poderiam financiar as atividades daquela entidade.

Contudo, mesmo esta posição de "independência" política apresenta certa ambigüidade no que concerne à fundação da Unidos na Luta. Como referi anteriormente, o grupo fundador da associação de moradores estava ligado originalmente à Igreja Santa Maria e fazia suas reuniões em um barracão localizado no terreno onde hoje está construído o prédio da Igreja. Com a definição daquele grupo quanto à fundação de uma associação de moradores, iniciou-se uma campanha para angariar fundos de modo que se pudesse obter uma sede independente do espaço físico da Igreja. Apesar desta campanha, todavia, a sede foi obtida pela doação de um político ligado àquela área que estava se candidatando a deputado no ano de 1988. Em troca, este contaria com o apoio daquele grupo de pessoas na realização de sua campanha naquela área. Entretanto, pelo que pude inferir dos relatos obtidos em campo quanto a esta questão, este apoio político muito mais se apresentou como uma estratégia momentânea para a obtenção da sede da associação de moradores. Não se configuraria, portanto, como "manipulação" por parte do candidato, mas sim como o atendimento recíproco de interesses que não deveria se perpetuar na atuação política daquela entidade. Nesta fala pode-se perceber a lógica peculiar deste raciocínio:

"(...) Nós trabalhamos pra ele na campanha, que foi uma luta e ele não ganhou, isso faz uns oito anos, mas a gente sempre botou assim, o nosso esteio é mais pro lado da Igreja, a gente não se liga muito na política porque a partir do momento que a

gente bota a política num trabalho, se você não tiver um esteio bem equipado, você se perde: é melhor deixar a política à parte (...). Ele contribuiu com a gente mas não com um interesse (...)" (Joana Araújo, entrevistada em set/1997)

Deve-se entender nesta fala o termo "política" como o universo de disputa eleitoral onde está inserido o candidato em questão. Desta "política", a associação deveria estar afastada a partir de então, quer pela ligação com a neutralidade da Igreja, quer pela defesa dos interesses legítimos dos moradores daquela área.

Surge então a Associação de Moradores Unidos na Luta, intimamente ligada à Igreja Santa Maria. Apesar de ser claramente perceptível a especificidade da atuação de cada uma destas entidades naquela área, delineia-se um certo amalgamento da suas ações, especialmente no caso da Unidos na Luta, no qual os seus membros normalmente compõem simultaneamente duas ou três destas entidades, apesar de existirem algumas exceções. Considerando isto, apresenta-se a estrutura de funcionamento da Unidos da seguinte forma: 1) Comissão diretora (presidente, vice-presidente, tesoureiros, secretárias, departamento feminino, de cultura, de relações públicas e conselho fiscal); 2) Grupo de jovens; 3) Ateliê de costura; 4) Setor de acompanhamento familiar; 5) Reforço escolar de ensino fundamental e 6) Centro de Formação Profissional.

FORMAS DE SOCIABILIDADE ENTRE A RUA E A UNIDOS NA LUTA

À medida em que fui aprofundando a pesquisa de campo que resultou neste relato, minhas impressões acerca da totalidade do cenário em torno da Unidos na Luta foram se tornando mais bem definidas. Assim, nas primeiras visitas somente me dedicava a conversar com os participantes da Unidos na Luta. Com o aprofundamento da pesquisa de campo, passei a dar maior atenção a acontecimentos secundários, que em muito explicavam o modelo de sociabilidade desenvolvido

pelos moradores do Bosquinho. Vejamos, portanto, que não se trata aqui de um estudo minucioso desta questão, uma vez que o locus fundamental deste estudo foi a Associação de Moradores, mas considero importante fazer referências ao contexto em que está inserida a Unidos na Luta.

De qualquer forma, apesar destas inferências se apresentarem somente numa perspectiva descritiva, as "pistas" que elas fornecem indicam a urdidura de uma modalidade específica da cultura popular. As práticas culturais destes atores sociais estão segregadas num certo universo material que conforma o desenvolvimento de certos padrões de sociabilidade. Padrões de sociabilidade correspondem a determinados códigos apropriados pelos sujeitos em determinados universos sócio-culturais, que viabilizam o seu trânsito nestes universos.

A título de exemplo, alguns destes padrões de sociabilidade detectados em campo estão conjugados com as práticas de lazer promovidas pela Unidos na Luta ou espontaneamente pelos moradores das proximidades da Associação, envolvendo questões como competição e o respeito à territorialidade.

Este modelo de sociabilidade relacionado ao lazer apresenta-se como grandemente recorrente, constituindo-se em verdadeiro código de acesso à prática de atividades de lazer naquela localidade. No primeiro caso, existe entre os participantes de qualquer atividade de lazer naquela área um sentido de valorização da competição, da contenda indireta, como motivação maior para a participação naquelas atividades. No segundo caso, o respeito pela territorialidade pode ser muito facilmente encontrado nestas competições, principalmente a partir de dois aspectos: 1) o competidor é reconhecido pela rua em que mora e 2) estabelece-se como regra implícita que o vencedor das competições esteja sempre nos limites do "seu território".

Para os moradores do Bosquinho, a rua constitui-se no principal espaço de sociabilidade. Além disso, torna-se muitas vezes tênue a delimitação existente entre rua e casa, dependendo do grau de relação existente entre os moradores. É na rua que se fazem as festas de confraternização, as

ruas de lazer, as disputas esportivas, as conversas entre vizinhos, momento em que as cadeiras são colocadas à frente das casas, bem como as brigas de gangues à noite. Mais ainda, a rede de relações de vizinhança é muito importante neste contexto, muitas vezes substituindo a própria rede de parentesco, uma vez que os parentes, na maior parte dos casos, permaneceram no lugar de origem de onde vieram os atuais moradores daquela área. A rede de vizinhança torna-se um pólo aglutinador de sociabilidade, contribuindo para que os "novos moradores", que continuam se dirigindo para aquela região ano após ano⁴, quando provenientes do interior do estado, possam integrar-se na vida urbana, dar-se conta dos lugares e horários permitidos ou proibidos no Bosquinho, por conta da violência e da criminalidade. Além disso, festividades locais como ruas de lazer também são momentos importantes de integração dos novos moradores, a partir do que os contatos se aprofundam e se estabelecem laços pautados em trocas de favores e na amizade.

Acredito que por conta disto, vez ou outra alguns integrantes da associação entrevistados por mim afirmaram que haviam ingressado naquela entidade a partir do estímulo produzido por vizinhos participantes, ou seja, por conta da relação prévia estabelecida pelo fato de morar próximos um do outro.

A RUA E A UNIDOS NA LUTA

Todavia, não se deve tomar unicamente o espaço da Unidos na Luta como palco privilegiado de construção de uma sociabilidade específica. Fato marcante era a ocorrência nas ruas próximas à associação, durante sucessivas noites, reuniões de vizinhos (geralmente homens) que após o trabalho diário se agrupavam para jogar dominó em frente as suas casas. As disputas, geralmente, iniciavam-se entre às oito da noite e só viriam a terminar quase à meia noite. Contudo, este entretenimento era mais praticado próximo aos finais ou mesmo nos finais de semana, quando a carga de trabalho diário diminui.

Mesmo durante a noite a rua continuava sendo um palco privilegiado de sociabili-

dade. Mas, neste horário, são as gangues juvenis que travam relações entre si. Em geral, as casas são fechadas entre nove e dez horas da noite, o que é facilmente perceptível, pois a proximidade das mesmas em relação à rua permite ao transeunte facilmente observar o seu interior. Mesmo na casa em que fiquei alojado durante minha estada em campo era possível observar os demais compartimentos da casa vizinha através da janela lateral.

Nos finais de semana, contudo, as casas são fechadas mais tarde, os bares ficam repletos de fregueses e as "sedes" realizam festas dançantes ao som das aparelhagens. Normalmente é festivo o final de semana naquela área. É quando os moradores do Bosquinho freqüentam suas igrejas e/ou templos religiosos, quando um maior número de crianças transformam a rua num espaço de lazer e jovens e adultos ocupam os cinco campos de futebol preparados à margem do muro da Companhia Eletronorte⁵. As pessoas mais velhas sentam-se à frente de suas casas de modo a observar a movimentação da rua e a conversar com os vizinhos.

Por sua vez, para os integrantes da associação, a sede da Unidos na Luta é comumente considerada como um espaço importante de sociabilidade. Diariamente é comum observar-se, indiscriminadamente, a entrada e saída de moradores da sede daquela entidade. Apesar das grades existentes nas portas e janelas, existe um outro tipo de controle da entrada de pessoas naquele prédio, pautado basicamente no grau de relação com os membros da Unidos. Muitas vezes os termos "amigo", "vizinho" e "conhecido" definem a proximidade entre aquelas pessoas e garantem o acesso àquele espaço. Quando da realização de festas organizadas por aquela associação, a separação entre os espaços da sede e da rua torna-se quase nula. Durante a realização de uma rua de lazer da qual participei, percebi que a sede da Unidos na Luta tornou-se como que uma extensão da rua de lazer, tanto no que concerne à realização de atividades de lazer, quanto ao trânsito de pessoas. Além disso, é comum permitir-se a realização, na sede da Unidos, de festas particulares de vizinhos, como aniversários, confraternizações de fim-de-ano e etc.

OS INTEGRANTES DA UNIDOS NA LUTA

Tratando mais especificamente dos integrantes da Unidos na Luta, estes não se restringem ao cômputo dos moradores das ruas mais próximas. Na verdade, várias vezes as pessoas entrevistadas se referiam à existência de uma suposta área de atuação da Unidos na Luta. Contudo, os próprios membros daquela entidade afirmavam que esta "área" se resumia meramente ao alcance que suas atividades assistenciais⁶ possuem, com base naquela associação de moradores.

A partir disto comecei a observar que a área da Unidos na Luta pode representar um certo espaço *imaginário* que é ocupado por aqueles que fazem parte, e que se vêem como fazendo parte daquela associação de moradores. Assim, num sentido amplo pode-se tomar como participantes daquela entidade não somente as pessoas que moram nos arredores daquela ocupação, mas também pessoas que habitam outros bairros da cidade e que lá desenvolvem atividades profissionais, como técnicos da Prefeitura Municipal ou membros de ONGs. Contudo, é importante frisar que apesar da localização geográfica dos componentes possuir uma certa irregularidade do ponto de vista da sede da Unidos, o espaço que está em torno daquela associação delimita um certo alcance das relações sociais que define uma territorialidade entre os atores sociais considerados como seus participantes.

O conceito de território é um dos objetos clássicos de estudo da Geografia, no sentido de procurar compreender as relações do homem e do poder sobre o espaço. Neste texto o termo espaço é concebido na perspectiva clássica da Geografia enquanto expressão da transformação de uma primeira natureza a partir do desenvolvimento histórico das relações de produção sociais. O conceito de espaço também é aqui aplicado na perspectiva de sua determinação pelos valores (formas de percepção) que os sujeitos atribuem ao espaço (Evans-Pritchard, 1978). Talvez isto tenha relação com o fato do conceito de território poder estar impregnado de um certo sentido cultural, como podemos observar nesta passagem de Gervásio Neves:

"O exercício do poder se faz sobre o conteúdo do espaço, transformando em territórios, não só pelas forças econômicas mas também pelas raízes culturais, onde as imagens e os mitos não podem ser negligenciados. A força do imaginário é a única soldadura dos fragmentos dos territórios" (1994, p.272).

Conclui-se, portanto, que a territorialidade da Unidos na Luta, que corresponde ao espaço de poder e ação daquela entidade e de seus membros, está delineada de forma que pode ser reconhecida a partir da identificação de *raízes culturais* comuns, identificáveis pela proximidade dos modos de vida, mas também por outros elementos, como destaca Maria Lúcia Montes:

"Formas de percepção do espaço são, pois, relativas, correspondendo a modos diferenciais de sua apropriação. É a prática social de seus habitantes que confere ao espaço urbano sentido e significação. Na urdidura física do espaço da cidade (...) na verdade se entrelaça outra trama, tecida com os mais variados laços sociais - *relações de parentesco e vizinhança*, práticas comuns de trabalho, vínculos religiosos, lealdades políticas, hábitos compartilhados de lazer - para compor as extensas redes de sociabilidade que constituem, propriamente, a vida social" (1996, p.304-305). (grifo nosso).

Nesta citação percebe-se que a questão do exercício do poder sobre o espaço, ou seja, o território, pode estar constituído de toda uma significação cultural definida pelo modo de vida dos atores sociais que constroem o espaço, e mais especificamente, pela sua forma de sociabilidade. O espaço aqui seria o *lugar*, de acordo com o sentido que é conferido a este termo por Marc Augé (1994), ou seja, o espaço da afetividade, da personalidade, do contato, o qual, por sua vez, opõe-se ao *não lugar*, o espaço da impessoalidade com o qual não se estabelece laços de afetividade. A relação do indivíduo com o *não-lugar* é medida por símbolos do que o autor chama de "supermodernidade", como cartões de crédito, cartão telefônico, documentos, bilhe-

tes de passagem e etc.

Neste sentido, o espaço de atuação da Unidos na Luta no Bosquinho é um *lugar*, composto de uma rede de relações sociais pautada num modelo específico, como por exemplo: identidade religiosa, proximidade de residências, pertencimento a determinadas organizações (como a Unidos na Luta), intermediação de pessoas conhecidas, grupos etários, co-participação em atividades de lazer, dentre outros.

Em outras palavras, o território de ação que os atores sociais denominam como "área da Unidos na Luta" não compreende meramente a área correspondente à sede daquela entidade ou às suas casas, mas a todo espaço que é não somente objeto da ação material destes agentes, mas também meio de identificação e reconhecimento social: espaço imaginário soldado por imagens culturais.

O problema de definir quais seriam os participantes da Unidos na Luta se tornou mais agudo na medida em que procurei levar a cabo esta empresa através de um levantamento quantitativo, que por várias vezes mostrou-se ineficaz. Mesmo que eu fizesse este tipo de consulta a todas as ruas às quais foi referida a abrangência da Unidos, não seriam obtidos dados precisos, uma vez que a condição de morador de uma determinada área não induz à classificação como participante de uma associação de moradores. Mais ainda, a abrangência de outras associações de moradores próximas das mesmas ruas tornaria imprecisa qualquer definição sobre a participação em uma ou outra entidade. Por fim, esta definição tornou-se mais incoerente para mim quando me foi relatado que pessoas que daquela área haviam se mudado ainda eram considerados membros da Unidos.

Com o tempo, concluí que o critério de *participação-ação* seria mais eficaz no que concerne à definição de quais seriam os integrantes da Unidos na Luta. Cheguei a esta conclusão após ouvir continuamente o emprego do termo "*comunitário*" para definir os participantes da Unidos. Este termo, por sua vez, não teria exatamente uma ligação direta com o conceito sociológico de *comunidade*, que é definido em oposição à idéia de sociedade. Assim, comunidade seria o lugar da vida comum, da proximidade das relações em detrimento

de outros núcleos mais distantes, do sentimento de pertencimento (calcado na afetividade e/ou na tradição) bem como da interdependência direta de seus integrantes para a satisfação, pelo menos parcial, das suas necessidades fundamentais. Por outro lado, sociedade designa um grupo mais amplo cuja urdidura é marcada pelo consenso (união de interesses racionalmente motivados), onde as relações são mais distantes e impessoais (Tönnies, 1972).

Diferentemente do conceito clássico de comunidade, os "comunitários" da Unidos na Luta seriam caracterizados por critérios de *participação-ação*: frequência a reuniões, participação em atividades várias como cursos ou organização destas mesmas atividades, ou qualquer tipo de envolvimento com o cotidiano daquela entidade⁷. Percebi que estes critérios eram muito mais definidores da identidade dos membros da Unidos do que os cadastros de "sócios" daquela entidade, sobre os quais me foi informado que o número de participantes não cadastrados superava em muito o seu cômputo.

Em geral, os participantes da Unidos são provenientes de outros bairros da cidade, de outras cidades do interior do Estado ou mesmo de outros estados. Dentre as pessoas entrevistadas vários lugares de origem foram referidos, como municípios do interior do estado (Tomé Açu, Abaetetuba, Marapanim), outros Estados (Maranhão, Ceará) e outros bairros da cidade (Cremação, Guamá, Jurunas, Benguí).

São consideradas como membros da Unidos pessoas das mais diferentes faixas etárias: desde as crianças do reforço escolar até as senhoras que trabalham no ateliê de costura. A maioria destes participantes são vizinhos e amigos. Apesar disso, a Unidos não é somente uma associação de amigos, possuindo um significado mais profundo para seus participantes. Para as crianças do reforço escolar ela é tida como uma escola e, nos momentos de lazer, ela pode deixar de ser uma escola e passar a significar um espaço de lazer. Para os componentes do grupo de jovens, a Unidos pode ser tomada como um espaço de socialização com os outros jovens inseridos no universo de sua faixa etária. Para as senhoras do ateliê de costura a Unidos pode

ser vista como um lugar de trabalho. Para as pessoas que vão procurar o atendimento do plantão de saúde e acompanhamento familiar a Unidos pode ser vista como uma fonte de assistência. Enfim, várias podem ser as percepções dos mais diferentes sujeitos sobre o significado da Unidos, o que demonstra que o significado mais amplo daquela entidade para seus integrantes é um resultado da percepção/ação dos atores num campo onde os seus papéis apresentam uma definição prévia.

Por fim, pode-se constatar que, ao deixar de ser meramente uma forma de abrigar-se e de repousar depois dos dias de trabalho (ou de lazer), o ato de morar imprime algumas qualidades aos indivíduos, marcadas pela espontaneidade e/ou por uma articulação prévia. Morar significa criar laços e corresponder a obrigações, a trocas, enfim, como constructo cultural que varia desde a edificação da moradia, ao seu embelezamento até à elaboração da vida em comum com os vizinhos, que por seu turno, necessita construir estratégias para lidar com a vida urbana.

* *Antonio Maurício Dias da Costa é doutorando em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo.*

NOTAS

1. O presente artigo constitui um excerto de minha dissertação de mestrado intitulada "Lazer e Modo de Vida: um estudo da sociabilidade de integrantes de uma Associação de Moradores", defendida na Universidade Federal do Pará em 1999.
2. Thomas Skidmore (1994: 358-9) fala sobre o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base no Brasil, durante a década de 1970, como uma estratégia de expansão da Igreja Católica frente à disseminação do protestantismo, do espiritismo e dos cultos afro-brasileiros: "A segunda mudança interna na Igreja foi o rápido crescimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Estas são constituídas por células de estudos leigos cuja criação foi encorajada pela hierarquia eclesial a partir dos anos 60. Não têm estrutura definida. O agente pastoral, ou organizador, é usualmente um padre ou uma freira. As comunidades se compõem em média de 15-25 pessoas, embora seu número possa chegar a 100-200 na zona rural. Começaram como grupos de estudo da Bíblia, com reuniões semanais. Uma das razões da hierarquia para o lançamento das CEBs foi a desesperada escassez de padres seculares e religiosos. Operam por conta própria, aumentando assim a participação dos leigos sem requerer a presença adicional de membros do clero."

3. Aparelhagens são equipamentos de som de altíssima potência utilizados para animar festas na periferia de Belém. Em geral, os donos de aparelhagens podem ser caracterizados como micro-empresários, já que o controle do aparelho e a utilização de seu acervo musical particular durante festas particulares em Sedes de Festas em bairros periféricos são regidas por meio de contratos que assinalam boa remuneração. Contudo, pode-se destacar dois tipos de aparelhagens: as grandes, cujo valor de contrato, realizado com Sedes de Festa famosas, é alto e equivalente à sua potência e sua fama e as pequenas (como a de "Seu" Domingos), que normalmente animam eventos de pequena envergadura e têm pouca difusão entre freqüentadores de Sedes de Festa.

4. Muitos foram os casos em que pessoas entrevistadas tinham pouco a falar sobre a história da ocupação do Bosquinho pelo fato de se tratar de pessoas recém-chegadas àquela área.

5. Companhia estatal de energia elétrica adjacente ao Bosquinho.

6. Distribuição de bolsa-escola (fornecida pela Prefeitura Municipal, correspondente a um salário mínimo mensal se a família garantir a permanência de seu(s) filho(s) na escola), acompanhamento familiar (realizado em parceria com uma ONG), "plantão" de saúde (atendimento médico feito durante o dia e financiado por uma ONG), além das famílias atendidas pelo reforço escolar de ensino fundamental.

7. Eu mesmo passei, em alguns momentos, a ser considerado como "amigo da comunidade", referência que algumas pessoas me dirigiam quando me apresentavam a pessoas que eu não conhecia na "comunidade".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUGÉ, Marc
(1994) *Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, Papius.
- COSTA, Antonio Maurício Dias da
(1999) *Lazer e Modo de Vida: um estudo da sociabilidade de integrantes de uma associação de moradores*. Belém, UFPa (mimeo).
- EVANS-PRITCHARD, E. E.
(1978) *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo, Perspectiva.
- MONTES, Maria Lúcia
(1996) "Posfácio" In: MAGNANI, José Guilherme. *Na Metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo, Edusp.
- NEVES, Gervásio
(1994) "Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas)" In: SANTOS, Milton e SOUZA, Ma. Adélia de. (orgs). *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo, Hucitec/ANPUR. (pp. 270-282)
- TÖNNIES, Ferdinand
(1972) "Comunidade e Sociedade como entidades típico-ideais", In: FERNANDES, Florestan. *Comunidade e Sociedade*. São Paulo, Nacional.

OS ARTUROS

VIZINHOS DO "MUNDO"

Camila Camargo Vieira*
Alexandre do Nascimento Souza**

*"Tava Dormino
Sá Rainha me Chamô
- Acorda, Nêgo
O Cativo já acabô"* (Gomes, 2000a: 258)

O universo cultural do negro no Brasil vem sendo marcado por tensões e transformações, desde a chegada dos primeiros escravos que vieram aqui expropriados de seu modo de vida livre e carregado de uma cosmologia muito própria. Desde o êxodo forçado dos africanos, a história do afro-brasileiro tem sido um contínuo de trocas, assimilações e reificações de seus modos e costumes, onde o culto ao sagrado tem sido o instrumento através do qual, de alguma forma, a memória da África se fez ouvir.

Motivado pela impossibilidade de assumir seu modo de vida e toda ritualização a ele pertinente, e por espaços e brechas que vão sendo criados pelos escravos dentro do sistema escravista na esfera da participação religiosa empreendida pelo catolicismo, o negro vindo da África passa a desenvolver uma nova religiosidade, pois, se de um lado não pode assumir como seu o catolicismo, por outro, é em torno da religião católica o local onde a herança do sagrado africano encontra o espaço de sua manifestação. Esse processo assume ares de salvação, na medida em que os negros escravos puderam se não manter, mas ao menos conviver com parte daquilo que lhes era essencial, parte significativa de sua

cultura. Ainda que muitas vezes com outras vestes.

Esse processo de trocas e apropriações transformou a todos, sobretudo negros e brancos, que de forma entrelaçada um no universo cultural do outro, acabam por forjar na esfera da participação religiosa, contraditoriamente, um tipo de convivência não observado em outras esferas sociais.

As disputas e conquistas, empreendidas na busca da sua afirmação, acabam forjando no interior do catolicismo uma convivência em clima mais diverso e tolerante, onde cultos e ritos de origem africana se afirmam nas práticas religiosas dos negros impulsionando brechas que na medida que se constituem, alimentaram e alimentam uma tradição datada no tempo e no espaço africano.

A mistura de algumas práticas culturais vindas da África às da cultura branca dominante, acabou por se constituir como uma alternativa efetiva à manutenção de traços e elementos da cultura africana no Brasil. A partir desta perspectiva, a cultura afro-brasileira passa a sintetizar outras formas de sentir, crer e pensar, dentro de um processo contínuo e permanente de aquisição, combinação e recombinação das matrizes culturais do negro e do branco. A não interrupção de transformações e apro-

priações por que vai passando sobretudo a cultura africana, implica numa relação em que novas e velhas formas de interação, ritos, usos e costumes às vezes contradizem-se e quase sempre se completam dando origem a outras configurações sociais.

Este processo vai forjando paulatinamente dentro da sociedade brasileira o surgimento de novos padrões, onde a seus interesses brancos e negros vão ajustando interesses, costumes e tradições que originalmente não pertencem a sua matriz cultural; e quando pertencentes, por conta de outras interferências ocorridas anterior ao encontro em solo brasileiro, assumem neste momento outra forma, como a devoção a Nossa Senhora do Rosário.

Dentro deste contexto político e social, as festas afro-religiosas acabaram por constituir-se enquanto um elemento aglutinador e promotor da identidade negra no Brasil. A participação dos negros nas chamadas irmandades, contribui de maneira decisiva para a convivência entre brancos e negros em torno da religião. A partir desse convívio, os negros passam a incorporar ao catolicismo elementos pertencentes a sua cultura, momento no qual as festas passam a desempenhar papel central na formação da religiosidade Afro-brasileira.

ENTRE REIS E RAINHAS: UM REINADO DE NEGROS

A história do Congado no Brasil faz parte deste quadro. Originariamente o Congado remonta a antigas epopéias angolano-conguesas, onde a coroação de reis negros remontava a rituais semelhantes ocorridos em África. O Congo pertence à categoria das danças dramáticas que representavam fatos e costumes da vida tribal. De um modo geral, poderíamos dizer que o Congado constitui-se de coroação de reis e rainhas - a realeza - que desfilam dançando ao som de suas cantigas (PUC-MG, 1974, p.15).

No Brasil, a presença do Congado tem se dado dentro das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário, entidades criadas por missionários da igreja católica interessados em oferecer aos escravos uma oportunidade de suprimir as mazelas originárias no sistema escravocrata. Antes mesmo dos primeiros escravos desembarcarem em solo brasileiro já tinham contato com Nossa Senhora do Rosário durante o processo de cristianização da África, quando a Santa já tinha aportado em solo africano.

A tradição do Congado remonta à necessidade de preservação de traços culturais vindos da África e que aqui acabam por se misturar a elementos católicos dentro das irmandades e confrarias, de onde negros e brancos, num processo dinâmico de trocas e ajustes, passam a conviver em torno da religião.

Essa relação do Congado com Nossa Senhora remonta ao mito de que a tradição teria nascido em África com a aparição de Nossa Senhora no Mar. Segundo a lenda, uma crioula chamada Maria das Dores estava fazendo comida para os lavradores quando viu uma senhora muito bonita em cima do muro; falou para o seu senhor que olhou para o mesmo local e nada viu. Diante do fato de nada ver, falou que Maria voltasse a trabalhar e debaixo de umas pancadas avisou-lhe que parasse de inventar histórias. Ao levar a comida para os negros, Maria lhes contou a história e estes foram ao local e observaram que a senhora não mais estava lá. Cantaram, ensaiaram e descobriram que Nossa Senhora teria ido para a encosta sob as águas do Mar. Então, alguns dos negros - que de-

pois viriam a identificar os instrumentos que formam o Candombe - correram e, improvisando um atabaque, forraram um tronco com folhas de inhame e começaram a bater, trazendo a Santa para a beira da praia. Antes, os caboclos já devotos da Santa, por conta da catequese patrocinada por Jesuítas, rezaram, dançaram, cantaram e tocaram seus instrumentos, mas ela não veio. Em seguida os Marujos, também devotos, foram até a beira da praia e fizeram o mesmo, obtendo igual resultado. Porém, ao toque dos negros na beira da praia, a Santa os acompanha, confirmando assim o mito segundo o qual a Virgem de Nossa Senhora do Rosário é a protetora dos negros.

As irmandades e confrarias no Brasil se constituíram como uma forma de levar os negros a participar da religião católica. Através destas garantia-se não só um espaço, através do qual os negros poderiam ser catequizados e de outra forma domesticados aos interesses do sistema escravista - representados pelo catolicismo na esfera religiosa - mas também observados mais de perto, na medida em que dentro destas, brancos e negros encontravam-se e conviviam. As irmandades e confrarias eram um instrumento de controle social dos brancos sobre os negros, pois era através destas que o sistema escravista tentava alienar os negros à sua religião.

Esses, por sua vez, ao se verem privados do seu universo cultural, utilizavam a possibilidade de participação nessas instituições nas quais podiam conviver conjuntamente com a sociedade branca dominante para, na maioria das vezes sob subterfúgios, reafirmar sua cultura e religião.

A participação dos negros nas irmandades e confrarias se deu em maior número nas de Nossa Senhora do Rosário, onde misturavam ao catolicismo elementos de sua religiosidade proibidos pelo sistema escravista. Em verdade, os negros escravos aproveitavam a possibilidade de participação nas festas para cultivar secretamente sua ancestralidade e elementos próprios de sua cultura religiosa.

“Esse renado é dos antigos, do tronco véio. Veio desde a África, por causa do Escravo. A festa do rosário tem que continuar. Quando nós canta, é por causa de um compromisso sagrado. Quando puxa

a cantiga dos antigo - do meu pai, do Zé Aristide - parece que eles tão ali. É, eles tão ali. Eles tão ali junto com a gente. E isso muda tudo”. (Antonio Maria da Silva, filho de Artur), (Gomes, 2000a, p.214).

As festas patrocinadas pelas irmandades possibilitavam a reinstauração do espaço mítico, onde a fé se apresentava de maneira mais profunda, integrando o homem com seu semelhante e com seu Deus. A noção de pertencimento a uma ancestralidade resgatada e cultuada nos cantos, nas danças e nas rezas dos momentos de festa integram e sociabilizam os negros, constituindo-se num espaço a partir do qual o negro sobretudo se expressa.

PRESENCIANDO O PASSADO: O PRIMEIRO CONGADO DE MINAS GERAIS

A comunidade dos Arturos se insere na história da escravidão brasileira e no universo sócio-político-cultural do negro neste contexto. Devotos de Nossa Senhora do Rosário e descendentes de africanos escravos expropriados de sua liberdade e forçados ao trabalho escravo na lavoura, são também portadores da resistência e fé que o negro passa a desenvolver dentro da senzala buscando formas de superação do seu isolamento cultural.

Atualmente, a tradição africana ou a herança desta tradição relida e reificada por esses 500 anos de história da participação negra no Brasil é manifestada em diversos cultos impulsionados por transformações e às vezes até ameaçados em sua perenidade pela dinâmica social. Dialogando sistematicamente com o seu tempo, os Arturos seguem cultivando sua tradição, preservando seus valores, práticas, festas e ritos que lhes dão unidade e inteligibilidade social, além de oferecer-lhes momentos preciosos de diálogo com sua ancestralidade e sua memória histórico-social.

Situados a 2,5 Km do centro de Contagem, em Minas Gerais, numa propriedade herdada do tronco paterno, os filhos de Artur, pai mitificado e fundador do Congado, revivem na figura do chefe, o Rei do Congado, a tensão entre o passado, materializado no canto, na dança e na vida em comum - elementos estes presentes nas comemorações religiosas e festas da co-



Foto: Alexandre do Nascimento

munidade ou ainda na defesa de uma moral e de um modo de vida atrelados às necessidades e interesses do agrupamento familiar -, e a realidade da dinâmica social contemporânea em que forças alheias às suas vontades acabam por desencadear processos irreversíveis de mudança na sua estrutura de grupo.

A existência deste agrupamento étnico familiar está condicionada à história de Artur Camilo Silvério, filho da lei do ventre livre, que conquistou sua liberdade a duras penas, pois, embora fosse “livre”, com a morte do seu pai, passou a ser criado por seu padrinho na época proprietário das terras na qual trabalhavam. Artur experimentou durante muito tempo uma vida de escravo, com direito a todo o tipo de humilhação e sofrimento comum ao sistema. Mais tarde, refazendo os caminhos dos seus ancestrais vai fugir, dando início ao seu agrupamento familiar por volta de 1917 quando se casa com Carmelinda Maria da Silva.

O passado de sofrimento experimentado vai impulsioná-lo na dedicação que desempenhou na criação dos filhos, pois imaginava ser essa a única forma de protegê-los das mazelas próprias de um sistema que embora não mais escravista, reservara ao negro a discriminação, a fome e a miséria. Neste contexto, cria-os dando forma a uma ética pautada no trabalho duro, na solidariedade entre os irmãos e na honestidade como força capaz de manterem-se em condições de respeito diante da sociedade que os cercava. Essa história de vida e de homem é contada e recontada entre seus descendentes virando o modelo através do qual a família mantém-se unida. Fato observado nas histórias de todos os filhos, dos quais exemplificamos com o de Izaíra Maria da Silva (Tita): “*Papai queria nós tudo com ele 'O que eu tomá, ocês toma. Não quero criá ocês igual eu fui criado. Eu sofri demais'. Num gostava assim que a gente trabalhasse fora. Trabalhava na roça, mas*

de noite tava todo mundo aqui em casa” (Gomes, 2000a, p.172).

Moradores de uma propriedade de 89.000 metros quadrados, esta comunidade de aproximadamente 300 pessoas, na sua grande maioria filhos, netos e bisnetos, permanecem unidos em torno da herança familiar lembrando-se também sofrimentos, mantendo-se resistentes às interferências e imposições da sociedade na qual se inserem.

Durante a semana, os Arturos são descendentes de escravos, sujeitos às mesmas pressões e carências que estão os afro descendentes. Abandonam a terra que outrora lhes garantia o sustento e a unidade indivisível do agrupamento familiar e somam-se às fileiras de trabalhadores da indústria, do comércio e do setor de serviços. As atividades outrora praticadas, não mais o são, e agora são as fábricas, lojas e lares que lhes garantem o sustento.

Essa realidade sócio-econômica vai influir de maneira decisiva na forma com

a qual o grupo se organiza internamente, seja com relação a convivência entre uns e outros propriamente dita ou na manutenção e forma de realização e participação nos cultos e festas. É a partir do exemplo do pai mitificado na presença do Rei Congo, seu Geraldo, o filho mais velho, e na devoção à Nossa Senhora do Rosário que vão resistindo às pressões impulsionadas por um modo de vida quase urbano.

As características industriais do município de Contagem e a proximidade com uma metrópole do tamanho de Belo Horizonte, tornam complexas as razões que levaram a permanência dos Arturos como grupo familiar voltado para o passado e participante do presente. Embora não sejam um agrupamento essencialmente rural, os filhos de Artur não aderiram por completo à urbanização. Permanecendo no seu modo de vida diversas características de um "bairro rural" como a participação coletiva nas atividades lúdico-religiosas, a solidariedade grupal, laços de parentesco entre os moradores, além da própria constituição e divisão espacial da propriedade. É a partir das relações e práticas desencadeadas pela Fé em Nossa Senhora do Rosário e a manutenção do Congado, que a comunidade se mantém coesa e suas relações políticas e de afeto ganham consistência.

A existência da tradição deste agrupamento de negros e portanto detentores da cultura negra, ou melhor Afro-Brasileira, dá-se a partir da participação das crianças e jovens também descendentes de Artur Camilo que desde o colo participam dos acontecimentos sociais da comunidade. Aos primeiros passos e à aprendizagem da fala, são incorporados no ser Arturo a vivência sagrada do canto, da música, da reza e da dança instaurando-se em cada um desde cedo uma memória que remonta a história do negro escravo no Brasil e em Minas Gerais.

A participação na tradição do Congado é um traço característico da existência da comunidade enquanto grupo, e a fé em Nossa Senhora do Rosário é o laço que os une e lhes confere o sentimento de pertencimento à comunidade. Nos finais de semana, ou na época dos seus festejos quando normalmente a família está toda reunida, a herança africana é reificada atra-

vés dos cantos, danças, instrumentos e sons, ou ainda nas vestes festivas carregadas do sentido sagrado simbolizados no deslocamento dos membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário participantes das procissões.

As festas são o elemento agregador da comunidade e seu calendário marca os grandes momentos do grupo familiar. As principais são a da Libertação dos Escravos, ocorrida no mês de maio, quando celebram a alforria; Nossa Senhora do Rosário ocorrida no mês de outubro, momento que louvam a proteção da Santa; a festa da Folia de Reis durante o ciclo natalino, onde rememoram a jornada dos Reis Magos e a festa do João do Mato em dezembro para festejar a colheita. Nesta última, não está presente o elemento do cortejo, mas assim como as outras ocupa lugar de destaque no calendário festivo da comunidade.

Nas festas da Libertação e de Nossa Senhora do Rosário, que são as maiores festas da comunidade, os preparativos começam duas semanas antes. Toda a comunidade, inclusive os que moram fora da propriedade herdada, amigos da vizinhança mais próxima e visitantes, trabalham todos em torno da festa, cada qual desempenhando uma tarefa. Uns enfeitam a capela, os santos; as crianças fazem bandeirinhas, enfeitam os mastros; muitas mulheres se dividem na cozinha e os homens ficam encarregados com a parte de organização do cortejo, cuidado dos instrumentos; enfim todos se ajudam, reforçando os laços de solidariedade familiar e de vizinhança, que se fortalecem e se exteriorizam nessas situações.

SOLIDARIEDADE E AMIZADE: COISA DE VIZINHOS

Durante as festividades, afloram de maneira mais perceptível os laços de amizade vicinal presentes entre os próprios Arturos e entre estes e a vizinhança que os circunda. Neste momento, a cooperação, a solidariedade, a ajuda mútua e a alegria no estar participando da construção da festa, une a todos num único espírito. A festa, momento sacralizado, onde o passado reinventado com a força e o poder de envolver a todos, integra-os num único mo-

vimento de comunhão.

Em alguns casos, são os Arturos, com todo seu espírito de solidariedade e afeto, que acolhem em seu Congado amigos e vizinhos, seja como uma forma de reconhecimento e carinho, ou até mesmo uma força a alguém que precisa, pois, a fé em Nossa Senhora e as graças por ela concedidas são o motivo e orgulho do agrupamento.

Durante o cortejo, quando as Guardas de Congo e Moçambique saem da comunidade e vão até a igreja de Nossa Senhora do Rosário, observa-se intenso movimento nas portas e janelas por onde passa, quando as pessoas, algumas com terços nas mãos, saúdam as guardas e até se emocionam. Há ainda o desfile em carro aberto da Santa na festa de Nossa Senhora do Rosário, quando em total comunhão com o agrupamento familiar, diversas famílias de Contagem esperam que o cortejo passe à frente de suas casas, momento que aproveitam para colocar seus altares para fora, numa atitude de louvor à Santa e interação com a festa.

Durante as festas de cortejo, diversas guardas de Congo, Catopês e Marujos, seguidas do Moçambique provenientes das mais variadas localidades do município e às vezes até de municípios vizinhos, ficam aguardando os Arturos, primeiro Congado de Minas na igreja. Após a missa, em procissão todos retornam à comunidade quando depois de muita reza, canto, dança e louvação são recebidos com um almoço que é oferecido a cada guarda visitante presente, num ritual de comensalidade encarregado de equalizar as relações, estabelecendo uma relação de reciprocidade. Assim, como os Arturos recebem as Guardas visitantes, eles também são recebidos quando pagam as visitas. As comidas das festas são mantidas pelos reis festeiros que a cada ano assumem o compromisso de bancar a festa, seja em devoção a Nossa Senhora do Rosário, seja por amizade à comunidade.

No interior da festa, são diversos os tipos de relações estabelecidas entre a comunidade e a vizinhança que os cerca. Uma delas pode ser percebida no momento do pagamento das promessas feitas para graças alcançadas e devidas à Santa dos Pretos. Inúmeras pessoas aguardam na igreja

de Nossa Senhora do Rosário a chegada das guardas no Domingo à noite, quando dão voltas em torno da igreja acompanhadas pela guarda escolhida, em uma atitude de profunda relação entre a comunidade dos Arturos e a população de Contagem. Ao pagar a promessa, a pessoa em drávida com Nossa Senhora veste o manto e a coroa de um dos reis ou rainhas da realeza do Congado, numa atitude através da qual os Arturos chamam para si a responsabilidade da penitência coletiva, pois, sabem da tristeza do erro e acreditam no sacrifício para o resgate, sentindo-se guardiões da promessa. A não realização do ato prometido acaba por implicar sanções a toda a comunidade (Gomes, 2000a, p.233).

Esta relação de solidariedade entre a comunidade de negros e a cidade pode ainda ser observada durante os festejos da Folia de Reis. Os pedidos de visita são tantos que a folia só acaba depois do dia 6 de janeiro, estendendo-se normalmente até o fim do mês. Os foliões saem no final das tardes de sábado, só retornando à comunidade às vezes depois de 15 horas ininterruptas de visita, estendo-se por toda a madrugada e manhã do dia seguinte. Nestes dias, a fé, a alegria sobretudo dos que são visitados e o cansaço dos foliões dão o tom de uma comunhão, na qual negros, brancos, pobres e ricos envolvidos pelas comemorações da saga dos três reis magos, revivem o passado, em torno das comemorações religiosas, onde negros escravos e brancos conviviam dentro das irmandades e confrarias.

O sentimento de integração e pertencimento ao universo mítico e religioso da comunidade que facilmente se percebe por parte dos visitantes e convidados nos dias de festa, nada mais é do que o fruto de uma convivência dual, na qual se por um lado, os Arturos se constituíram como uma referência importante de Contagem e de Minas Gerais, por outro, é no espaço da cidade onde esses negros, descendentes de escravos, conseguem nos dias de hoje criar suas referências de sustento e educação.

É no perímetro da metrópole mineira, nos arredores de Contagem que jovens e velhos, homens, meninos, mulheres e meninas, trabalham, estudam, compram roupas e comidas e têm acesso a todos os ser-

viços públicos dos quais necessitam. Essa realidade conformou um sistema de trocas sócios-culturais, na qual embora continuam sendo portadores da memória de seus ancestrais, os Arturos dialogam incessantemente com uma realidade à qual obviamente não podem estar imunes. No momento em que vão às ruas carregados do sentido do sagrado, os homens e mulheres filhos, netos e bisnetos de Artur, trazem consigo a memória dos dias de hoje, seja na incorporação de novos elementos ao cortejo, ou até mesmo na Igreja de Nossa Senhora do Rosário que frequentam, reconstruída recentemente após ser destruída em décadas anteriores.

Esse sistema contínuo de trocas econômicas, sociais, políticas e culturais de maneira cíclica transforma a uns e outros; igreja, comunidade e a população de Contagem sabem e sentem a necessidade e a importância desse agrupamento familiar que por outro lado sabe também das responsabilidades que tem com a sociedade que os circunda e da qual também fazem parte. É por isso que, ao raiar do sol de uma segunda-feira, quando toda Contagem levanta para trabalhar, a comunidade dos Arturos, depois de um final de semana de festa, divide-se entre aqueles que finalizarão os festejos e aqueles que, dando prosseguimento à sua labuta de negro-pobre, retornam à cidade para fazer sua engrenagem funcionar.

*"Joquei Prata n' água
De pesada foi ao fundo
Eu pensei qu' eu tirei sorte
Eu tirei trabai no mundo"*

(Gomes, 2000a: 446)

* *Camila C. Vieira é mestrandia em Antropologia Social da USP.*

** *Alexandre do Nascimento Souza é graduado em Ciências Sociais pela USP.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, Carlos R.
(1977) *Peões, pretos e congos: trabalho e identidade étnica em Goiás*. Goiânia, ed. Universidade de Brasília.
- BASTIDE, Roger
(1985) *As Religiões Africanas no Brasil. Contribuição a uma Sociologia das Interpretações de civilizações*. Tradução de Maria Heloísa Capellato e Olívia
- Kräunhembühl. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 2a ed.
- GEERTZ, Clifford
(1978) "A Religião como sistema Cultural" Geertz, Clifford *Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Zahar.
- GOMES, Núbia P. de Magalhães & ALMEIDA PEREIRA, Edimilson de
(2000a) *Negras Raízes Mineiras: Os Arturos*. Belo Horizonte, Mazza Edições, 2a Edição.
- GOMES, Núbia P. de Magalhães & ALMEIDA PEREIRA, Edimilson de
(2000b) "Inumeráveis Cabeças: Tradições Afro-Brasileiras e Horizontes da Contemporaneidade". FONSECA, M^a N. Soares (org.). *Brasil Afro-Brasileiro*. Belo Horizonte, Autêntica Editora.
- MARCUS, George
(1991) "Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial." *Revista de Antropologia*, vol. 34.
- MARTINS, L.M.^a
(2000) "A Oralitura da Memória." Fonseca, M^a N. Soares (org) *Brasil Afro-Brasileiro*. Belo Horizonte, Autêntica Editora.
- PEREIRA, Marcelo
(1990) *Arturos: olhos do rosário*. Belo Horizonte, Mazza Edições.
- QUEIROZ, M^a I.
(1976) *O Camponato Brasileiro: ensaio sobre civilização e gupos rústicos no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
- SABARÁ, Romeu
(1997) *Comunidade negra dos Arturos e o drama do camponato negro Brasileiro*, Tese de Doutorado Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP.
- SILVA, Vagner G. da
(1991) "A crítica Antropológica pós-moderna e a Construção Textual da Etnografia Religiosa Afro-brasileira". *Cadernos de Campo - Revista dos Alunos de Pós-Graduação em Antropologia da USP*, N^o 1.
- SILVA, Vagner G.
(1994) "Etnografia: Identidades Reflexivas". Silva, Vagner G. et alii (orgs.) *Antropologia e Seus Espelhos*. FFLCH-USP.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.)
(1996) *Negras Imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp/Estação Ciência.
- UNIVERSIDADE CATÓLICA DE M. GERAIS
(1974) *Introdução ao Estudo do Congado*.
- VALENTE, Ana Lúcia E. P. & GUSMÃO, Neusa Maria M. de
(1991) "Duas Mulheres Negras: histórias de religiosidade popular e resistência." *Cadernos de Campo - Revista dos Alunos de Pós-Graduação em Antropologia da USP*, N^o 1.

HABITAÇÃO E VIZINHANÇA: Limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras

In: História da Vida Privada no Brasil

Paulo Cesar Garcez Marins

(1998) *Companhia das Letras, São Paulo, V.3, pp.131-214.*

Este texto trata da transição da nossa história urbana que se iniciou com o fim da escravidão, e o desencadear das migrações e da imigração. A aurora do regime republicano dava-se em meio a transformações demográficas e sociais que liberavam populações e franqueava novos destinos geográficos às esperanças de sobrevivência de muitos dos velhos e novos brasileiros. As grandes cidades surgiram no horizonte como o espaço de novas possibilidades de vida, do esquecimento das mazelas do campo, da memória do cativo.

AS COLÔNIAS DO BAIRRO ASSUNÇÃO

Mario Stangorlini

(1988) *Secretaria de Educação, Cultura e Transporte, São Bernardo do Campo, 81 p.*

Livro de memórias que traça os costumes, os valores, as tradições, a cultura das famílias de imigrantes italianos no Bairro Assunção em São Bernardo do Campo. Além da descrição da vida dos colonos e da transformação da cidade, o livro traz várias fotos da época.

"MOVIMENTOS DE BAIRRO E ESTADO: Lutas na esfera da reprodução na América Latina"

In: Cidade, Povo e Poder.

Tilman Evers; Clarita Muller-Plantenberg e Stefanie Spessart

(1982) *Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, p. 110-164*

Este livro trata das lutas sociais urbanas e, entre elas, as que surgem de problemas na esfera da reprodução familiar e individual. Depois de uma visão retrospectiva das causas das lutas de bairro, os autores traçam em nível teórico alguns elementos questionadores da separação estrita entre lutas nas esferas da produção e da reprodução, tentando complementar o aspecto de sua diferenciação com o da sua inter-relação. Procura-se mostrar a complexidade da tessitura dos condicionamentos que influem no desenvolvimento de tais movimentos, num nível mais prático que teórico. Os autores partem da experiência de vários países latino-americanos (Brasi, Chile, Colômbia e Peru).

CENTRALITÉ IMMIGRÉE: Le Quartier de la Goutte D'or

Jean-Claude Toubon e Khelifa Messamah
(1990) *L'Harmattan/CIEMI, 764 p.*

Trata-se do resultado final de uma pesquisa (em dois volumes) que procurou analisar as dinâmicas de um espaço pluri-étnico, no caso, um bairro de Paris (França), formado majoritariamente por população imigrante. O estudo procura abordar o seu objeto de múltiplas formas e da maneira mais completa possível: de uma recuperação histórica do surgimento do bairro, que permite compreender o papel da cidade na permanência dos fenômenos sociais, até o estudo das articulações das dimensões sociais e físicas entre os diferentes espaços. O trabalho mostra a complexidade das relações que se formam nesse espaço, os diferentes tipos de conflitos, mas também o significado social, cultural e político do bairro em questão no coração de uma das principais capitais da Europa.

AN ANALYSIS OF THE ADAPTABILITY OF RURAL MIGRANTS TO URBAN LIFE: Case study of the Bairro da Vitória - Goiânia - Brazil

Michele Levoy

(1999) *Université Catholique de Louvain, Louvain-la-Neuve - Belgium, 116 p.*

Este trabalho estuda as formas de adaptação dos migrantes rurais na vida urbana, sobretudo nas periferias das grandes cidades. Através da análise das redes sociais criadas entre esses migrantes no meio urbano e suas ligações familiares com o meio rural, a autora estuda a maneira como estruturaram suas vidas: habitação, relações de vizinhança, trabalho, lazer, etc. Este trabalho traz como anexo (238p.) as entrevistas realizadas pela autora.

ITALIANOS DO BRÁS: Imagens e memórias (1920-30)

Suzana Barretto Ribeiro

(1994) *Brasiliense, São Paulo, 162 p.*

"Durante os anos 20 e 30 (do século XX), os imigrantes italianos residentes no Brás tiveram seu cotidiano intensamente registrado pelos fotógrafos ambulantes e pelos estúdios fotográficos estabelecidos no bairro. A reconstrução desse período histórico, com base nas fotografias da época e nos depoimentos dos descendentes de imigrantes, evidencia os elementos que contribuíram para a formação da identidade social do grupo numa abordagem diferente dos trabalhos históricos realizados com base nos documentos convencionais de pesquisa".

SEJA UM COLABORADOR

Travessia está aberta à publicação de artigos de pesquisadores e estudiosos que analisam a realidade em que o migrante está envolvido, a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, cultural, econômico, antropológico, educacional, etc.

A revista destina-se, fundamentalmente, a um público intermediário; quer ser uma ponte entre a produção acadêmica e a produção popular. Se for do seu interesse, envie artigos para a redação, seguindo as orientações abaixo elencadas:

- * De preferência, artigos que se enquadrem dentro dos temas previamente anunciados, conforme consta ao lado;
- * Título: Evitar títulos longos. Lembre-se, trata-se de artigo para revista e não dissertação e/ou tese.
- * Tamanho: 350 linhas, fonte Times, corpo 12;
- * Intercalar o texto com alguns intertítulos;
- * Clareza de linguagem e simplificação dos conceitos;
- * Na medida do possível, enviar algumas fotos com os respectivos créditos, as quais serão posteriormente devolvidas;
- * Os artigos devem ser inéditos;
- * Fazer constar breve identificação do autor, endereço postal, e-mail e telefone;
- * Notas: utilizar apenas nos casos em que o texto requer alguma explicação relevante; não utilize nota no título e no nome do autor; referência bibliográfica não é nota;
- * Referências Bibliográficas: devem constar no interior do texto, entre parênteses, com o nome, ano e quando específicas, a página. Ex.: (Silva, 1996, p.3);
- * Bibliografia - Ater-se à referida no texto, seguindo o padrão abaixo:
 - a) Livros: nome do autor; ano entre parênteses; título do artigo em itálico; local da publicação; nome da editora. Exemplo: FERNANDES, Florestan (1977) *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
 - b) Artigos: nome do autor; ano entre parênteses; título do artigo entre aspas; nome do periódico em itálico; volume (se houver) e nº; mês(es); nº da página. Exemplo: SARTI, Cynthia Andersen (1995) "São os Migrantes Tradicionais?". *Travessia-Revista do Migrante*, nº 23, setembro-dezembro, p.11.

O autor de artigo publicado receberá dez exemplares da revista.

O Conselho Editorial reserva-se o direito de submeter os artigos à sua apreciação.

PRÓXIMOS LANÇAMENTOS

TRAVESSIA Nº 39
ASSENTAMENTOS

(no prelo)

TRAVESSIA
Nº 40

REDES

(Mai-Ago/01)

Prazo para envio

dos artigos:
(29/06/01)

TRAVESSIA
Nº 41

MIGRAÇÃO
LABORAL

(Set-Dez/01)

Prazo para envio

dos artigos:
(15/09/01)

TRAVESSIA
Nº 42

LINGUAGENS
E SÍMBOLOS

(Jan-Abr/02)

Prazo para envio

dos artigos:
(01/12/01)

Para o envio de artigos

Se você deseja apresentar algum artigo ao conselho de **TRAVESSIA - Revista do Migrante**, consulte antes a 3ª Capa da revista. Aí você vai encontrar

- As temáticas relacionadas aos próximos lançamentos;
- Prazos para envio de artigos;
- Orientações quanto ao tamanho;
- Padrão adotado pela revista no tocante ao uso de notas e referências bibliográficas;
- Outros importantes quesitos.

*Os próximos números
trarão os seguintes temas*

ASSENTAMENTOS
(no prelo)

REDES

MIGRAÇÃO LABORAL

LINGUAGENS E SÍMBOLOS

